



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
LINHA 4: RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DESENVOLVIMENTO

MARCO ANTONIO PAULINO AZZOLINI

MISSÕES DA ONU NO PÓS-CONFLITO COLOMBIANO (2016-2021): ANÁLISE
A PARTIR DO CONCEITO DE "PAZ POSITIVA" DE JOHAN GALTUNG

MARÍLIA, SP.

2024

MARCO ANTONIO PAULINO AZZOLINI

**MISSÕES DA ONU NO PÓS-CONFLITO COLOMBIANO (2016-2021): ANÁLISE A
PARTIR DO CONCEITO DE “PAZ POSITIVA” DE JOHAN GALTUNG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Campus de Marília) como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais. Linha de Pesquisa 04: Relações Internacionais e Desenvolvimento.

Orientador: Dr. Rafael Salatini de Almeida.

MARÍLIA, SP.

2024

A999m Azzolini, Marco Antonio Paulino
Missões da ONU no pós-conflito colombiano (2016-2021) : análise a partir do conceito de "paz positiva" de Johan Galtung / Marco Antonio Paulino Azzolini. -- Marília, 2024
102 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Rafael Salatini de Almeida

1. Johan Galtung. 2. Pesquisa para a paz. 3. Tipos de violência. 4. Conflitos na Colômbia. 5. Missões da ONU. I. Título.

Marco Antonio Paulino Azzolini

MISSÕES DA ONU NO PÓS-CONFLITO COLOMBIANO (2016-2021): ANÁLISE A PARTIR DO CONCEITO DE "PAZ POSITIVA" DE JOHAN GALTUNG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Relações Internacionais e desenvolvimento

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rafael Salatini de Almeida
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador

Prof. Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker
UNESP – Câmpus de Marília

Prof. Dr. André Luiz Valim Vieira
Universidade do Vale do Rio dos
Sinos (UNISINOS)

Marília, 02 de setembro de 2024.

Dedico esse trabalho à minha família e às pessoas que me apoiaram durante esse longo processo.

*Com carinho,
Marco*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família, por todo o apoio dado ao longo de toda a minha vida, e por continuar me dando suporte nos momentos mais difíceis.

Agradeço às pessoas que me deram energia para superar esse percurso.

Agradeço à Unesp de Marília, por ter proporcionado a estrutura e o ambiente possível para meu amadurecimento acadêmico e profissional.

Agradeço ao prof. Rafael Salatini pela orientação e pelos ensinamentos passados ao longo dos anos na universidade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Triângulo “dados-teorias-valores”	23
Figura 2 - Tipologia da violência	28
Figura 3 - Triângulo da violência.....	33
Figura 4 - Número de missões políticas da ONU por década.....	61
Figura 5 - Zonas e Pontos de transição.....	68

RESUMO: A presente pesquisa de mestrado objetiva, centralmente, analisar as atividades executadas pelas missões da Organização das Nações Unidas no contexto pós-acordo de paz na Colômbia. A pesquisa contará com uma análise empírica através da leitura de documentos emitidos pela própria ONU referentes às missões em solo colombiano, artigos acadêmicos, livros e outras fontes bibliográficas convenientes para a temática. Como instrumental teórico, serão utilizados os conceitos de "violência" e "paz", e seus diversos desdobramentos, compreendidos a partir da chamada "pesquisa para a paz" de Johan Galtung, a fim de verificar se as atribuições desempenhadas pelas missões contribuem para a implementação da "paz positiva", por meio da eliminação da "violência estrutural" e da "violência cultural", ou se estas se limitam a promover uma "paz negativa", através da eliminação apenas da "violência direta". A hipótese central a ser testada pela pesquisa é de que as ações realizadas pelas missões da ONU no pós-conflito colombiano promovem, em certo grau, uma "paz positiva", superando a mera "paz negativa". O estudo se insere na tentativa de contribuir com pesquisa mais específica sobre os aspectos que envolvem o auxílio de organizações internacionais em cenários pós-conflito, em especial na Colômbia, com vistas a verificar as características da paz alcançada.

PALAVRAS-CHAVE: Johan Galtung; pesquisa para a paz; tipos de violência; conflitos na Colômbia; missões da ONU.

ABSTRACT: This master's research aims, centrally, to analyze the activities carried out by United Nations missions in the post-peace agreement context in Colombia. The research will rely on an empirical analysis through the reading of documents issued by the UN itself regarding missions on Colombian soil, academic articles, books and other bibliographic sources suitable for the topic. As theoretical instruments, the concepts of "violence" and "peace", and their various consequences, understood from the so-called "research for peace" by Johan Galtung, will be used, in order to verify whether the tasks carried out by the missions contribute to the implementation of "positive peace", through the elimination of "structural violence" and "cultural violence", or if these are limited to promoting "negative peace", through the elimination of only "direct violence". The central hypothesis to be tested by the research is that the actions carried out by UN missions in the Colombian post-conflict promote, to a certain degree, a "positive peace", surpassing the mere "negative peace". The study is part of an attempt to contribute to more specific research on the aspects involving assistance from international organizations in post-conflict scenarios, especially in Colombia, with a view to verifying the characteristics of the peace achieved.

KEYWORDS: Johan Galtung; research for peace; types of violence; conflicts in Colombia; UN missions.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
1. ESTUDOS PARA A PAZ, VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E CULTURAL E PAZ POSITIVA	18
1.1 Pesquisa para a paz: surgimento, desenvolvimento e debates teóricos.....	18
1.2 Violência: estrutural, cultural e direta.....	24
1.2.1 Violência estrutural	24
1.2.2 Tipologia da violência direta e estrutural.....	28
1.2.3 Violência cultural.....	30
1.3 A relação entre violência cultural, estrutural e direta.....	31
1.3.1 Violência estrutural na Colômbia	33
1.3.2 Violência cultural na Colômbia.....	36
1.4 Paz positiva e negativa	37
1.4.1 Como promover a paz?	39
2. O CONFLITO NA COLÔMBIA: BREVE RETOMADA	42
2.1 Precedentes e surgimento das FARC.....	42
2.1.1 Declínio e os últimos anos das FARC.....	48
2.1.2 Assinatura do acordo de paz e desmobilização das FARC	52
2.2 Missões Políticas Especiais	55
2.2.1 Civis em iniciativas de paz e a crescente recorrência de missões políticas	59
2.2.2 Missões Políticas da ONU na Colômbia	64
3. AS MISSÕES DA ONU NA COLÔMBIA	67
3.1 Primeira missão: Missão das Nações Unidas na Colômbia (2016-2017).....	67
3.1.1 Principais responsabilidades	68
3.1.1.1 Verificação da entrega de armas	68
3.1.1.2 Monitoramento do cessar-fogo e coordenação do mecanismo tripartite de monitoramento e verificação.....	70
3.1.1.3 Estrutura geral da Missão das Nações Unidas na Colômbia	72
3.2 A Missão das Nações Unidas na Colômbia (MNUC) e a paz negativa como objetivo inicial.....	73
3.3 Segunda missão: Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia (2017-presente)	75
3.3.1 Principais responsabilidades	76

3.3.1.1 Verificação da reincorporação política, econômica e social.....	76
3.3.1.2 Verificação ativa e propositiva	78
3.3.1.3 Enfoque comunitário	79
3.3.2 Verificação das garantias de segurança	81
3.3.3 Articulação e coordenação	82
3.3.4 Financiamento e suporte de outras agências da ONU	82
3.4 Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia, análise.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93

INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas é uma organização internacional fundada em 1945, com o objetivo de promover e manter a paz, os direitos humanos e o desenvolvimento (ONU, 1945). Atualmente, a organização é composta por 193 Estados-membros, dezenas de agências dedicadas a diferentes temas, e possui presença em diversos países, através de missões políticas, missões de construção de paz (*peacebuilding*), escritórios e outras diversas formas de atuação.

A criação da ONU utiliza como base a proposta formulada por Immanuel Kant de uma federação de Estados, formada com o objetivo de promover e manter a paz entre seus membros. A federação de Estados não deve ser confundida com o estabelecimento de um Estado mundial, uma vez que isso, mesmo que viável, colocaria em risco as liberdades individuais. Kant propunha assegurar a liberdade dos Estados através da manutenção de sua independência política e de sua integridade territorial (Lobo de Souza, 2020).

A ONU, portanto, surgiu como uma instituição voltada à manutenção da paz entre os Estados, atuando em prol da segurança coletiva. Com o fim da guerra fria, novos desafios e mudanças nas dinâmicas da segurança internacional emergiram. Esses desafios não correspondiam, apenas aos conflitos internacionais e guerras. A violência civil, conflitos internos, terrorismo, crime organizado, pobreza, degradação do meio-ambiente, entre outros temas, passaram a preocupar os Estados, de modo a mobilizar esforços para a solução de problemas que, anteriormente, não estavam no centro das atenções da ONU (Lobo de Souza, 2020).

Em relação aos "novos" desafios citados no parágrafo anterior, diversos deles assolam a América Latina (em especial a violência civil, a pobreza e o crime organizado). Tendo em vista o escopo do presente trabalho (a atuação da ONU no contexto pós-conflitivo na Colômbia), focaremos no conflito interno ao país andino.

Desde de meados da década de 1960 até o final dos anos 1990, a atuação cada vez mais frequente de grupos guerrilheiros (geralmente de ideologia socialista/comunista), baseando sua atividade na contestação da ordem política, econômica e social vigentes nos países da região (Kruijt et al., 2019). Tais

organizações armadas objetivavam derrubar os regimes autoritários de direita e ditaduras militares, e, algumas vezes, até mesmo governos democraticamente eleitos, a fim de estabelecer regimes de natureza socialista, inspirados pelos logros da Revolução Cubana (1959) no continente latino-americano (Kruijt et al., 2019).

Na Colômbia, mais especificamente, a agitação social e política ancorada em demandas sociais data da década de 1930, quando camponeses já se mobilizavam por maior justiça social e acesso à terra (Ríos, 2023). A violência também deriva do histórico conflito entre os partidos Liberal e Conservador, que resultou no assassinato de Jorge Eliécer Gaitán (1898-1948), líder liberal e o principal nome cotado para vencer a presidência colombiana nas eleições de 1949. A morte de Gaitán foi o estopim para uma guerra civil, historicamente chamada de La violencia, que resultou na morte de 180.000 pessoas entre 1948 e 1953 (Pécaut, 2010).

O surgimento das guerrilhas camponesas se deu a partir dos anos 1960, motivados, especialmente, pela exclusão política promovida pelo sistema bipartidário da Frente Nacional (que incluía apenas os partidos Liberal e Conservador). As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP), grupo estudado no presente trabalho, surgiu a partir de grupos camponeses de autodefesa, guiados por necessidades de segurança contra agressões de organizações paramilitares e pelo próprio exército, além das motivações de ordem socioeconômica:

A ênfase fundamental destes grupos de autodefesa se centrava na luta pela terra e na construção de economias camponesas. As práticas de autodefesa no campo militar consistiam essencialmente no enfrentamento de qualquer tipo de agressão militar ou paramilitar contra a população da região. (Medina Gallego, 2010, p. 153, tradução nossa).

As FARC-EP surgiram, efetivamente, a partir de 1964 e têm como evento fundador a resistência à chamada Operação Marquetalia, uma investida promovida pelo exército colombiano contra os grupos camponeses de autodefesa alocados na região (Pécaut, 2010). As atividades da organização se iniciaram de maneira periférica, mas ganharam tração a partir da década de 1980, quando conseguiram amplo financiamento no mercado de drogas ilícitas (Pécaut, 2010).

O enfraquecimento do grupo teve início a partir dos anos 2000, muito em razão da política de “segurança democrática” do presidente Álvaro Uribe [Vélez] (1952-)

(mandato presidencial entre 2002-2010), que dava primazia aos métodos militares e combate extensivo contra os grupos guerrilheiros e organizações criminosas. Em decorrência da implementação da política de "segurança democrática", associada aos programas conhecidos como Plano Colômbia e Plano Patriota, as FARC-EP enfrentaram um período de declínio militar. Além das vidas perdidas em confrontos, a organização se viu enfraquecida economicamente, experimentando a perda de territórios, que foram ocupados pelas Forças Armadas colombianas, bem como a degradação de sua infraestrutura e a ruptura do contato com a população (Aguilera Peña, 2013).

Apesar das controvérsias, no ano de 2016, o Estado colombiano foi capaz de negociar a paz com o grupo guerrilheiro (num acordo que havia sido anteriormente rejeitado em plebiscito popular). As tratativas contaram com amplo apoio da comunidade internacional, em especial dos países da América do Sul, da Organização das Nações Unidas (ONU) e da União Europeia (EU) (Armiño, 2023).

A presente dissertação de mestrado almejará, especificamente, estudar o suporte fornecido pela ONU por meio das duas "special political missions" empreendidas em território colombiano no âmbito do conflito entre a Colômbia e as FARC-EP. Dentre suas principais atividades, foi previsto que a organização internacional fornecesse apoio técnico para o processo de entrega das armas, conhecido como "dejación de las armas", e para a gestão do Mecanismo de Monitoramento e Verificação (MM&V). A missão da ONU assumiria a coordenação do dispositivo em todos os seus níveis, apresentando recomendações, produzindo relatórios e solucionando eventuais controvérsias entre os signatários do acordo, representados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC-EP) e pelo Estado colombiano (FARC-EP; Presidencia de la República de Colombia, 2016).

Duas missões distintas foram estabelecidas na Colômbia: a primeira missão teve início no segundo semestre de 2016, encerrando suas atividades em setembro de 2017 (ONU, 2017a); a segunda missão começou a operar em setembro de 2017 e permanece ativa até a presente data (ONU, 2017b). A "Missão das Nações Unidas na Colômbia", nomeada como a primeira missão, foi estabelecida pela resolução 2261/2016 do Conselho de Segurança da ONU e foi encarregada de acompanhar o deslocamento e o processo de entrega e destruição de armas dos guerrilheiros nas

zonas de transição, além de investigar incidentes e violações ao cessar-fogo (ONU, 2016a; ONU, 2017a).

A segunda missão da ONU, denominada "Missão de Verificação da ONU na Colômbia", iniciou suas atividades em setembro de 2017, um dia após o término da primeira missão, e continua atuante. Esta missão de verificação foi criada para monitorar o cumprimento dos pontos 3.2 e 3.4 do Acordo de Paz, que tratam da reintegração das FARC-EP à vida civil e garantias de segurança, incluindo a luta contra organizações e práticas criminais (ONU, s/d).

A presente dissertação de mestrado terá por objetivo analisar a atuação das duas missões supracitadas, analisando o recorte temporal de 2016-2021. A opção por esse período reside no fato de que o mesmo abrange a totalidade da "Missão das Nações Unidas na Colômbia" (2016-2017) e boa parte do funcionamento da "Missão de Verificação da ONU na Colômbia" (2017-presente), compreendendo o fim do segundo mandato de Juan Manuel Santos [Calderón] (1951-) (mandato presidencial entre 2010-2018) e a maior parte do mandato de Iván Duque [Márquez] (1976-) (mandato presidencial entre 2018-2022).

Serão analisadas as ações desempenhadas pelas duas missões, utilizando-se como ferramenta de análise o conceito geral de "paz positiva" e seus conceitos específicos derivados ("violência estrutural" e "violência cultural)", elaborados pelo sociólogo norueguês Johan [Vincent] Galtung (1930-2024), um dos principais nomes de uma corrente de investigação chamada "pesquisa para a paz". No âmbito metodológico, recorreremos à análise bibliográfica e análise documental, a fim de identificar as ações empreendidas pela ONU e verificar se estas buscam promover uma "paz positiva", baseada na eliminação da "violência estrutural" e da "violência cultural", ou se limitam a promover uma "paz negativa", ancorada na erradicação da "violência direta"), segundo os termos galtunguianos.

Os materiais analisados compreendem documentos oficiais da ONU, disponibilizados abertamente no sítio virtual da organização internacional, além da análise de artigos acadêmicos, livros e outros materiais de suporte sobre a temática geral e específica aqui envolvida.

A opção pelos conceitos formulados por Galtung, se dá em razão da capacidade analítica proporcionada por essas ferramentas. O conceito de "paz positiva" pode auxiliar a compreensão das atividades levadas à cabo pelas missões, a fim de identificar se essas são dotadas de mecanismos que promovem, em certo grau, o desenvolvimento econômico e social, no contexto pós-conflito em que trabalha. Além do mais, o próprio Galtung utilizou dos conceitos para fornecer análises sobre o conflito colombiano (mesmo que de maneira mais ampla, sem se aprofundar no tema).

Uma das obras de Galtung traduzidas para o português é o livro "Transcender e transformar: Uma introdução ao trabalho de conflitos" (2006), obra em que o autor apresenta uma breve classificação dos diferentes tipos de conflito, podendo estes serem microconflitos (entre as pessoas e no interior delas), mesoconflitos (dentro das sociedades), macroconflitos (entre estados e nações) e megaconflitos (entre regiões e civilizações) (Galtung, 2006).

Galtung situa o conflito colombiano no âmbito dos macroconflitos, mais especificamente entre duas distintas nações dentro de um único Estado: os colombianos indígenas, que correspondem ao estrato mais pobre sociedade e os colombianos brancos, que constituem o estrato mais abastado (Galtung, 2006). O autor identifica que as origens dos conflitos sociais no país relacionam-se à falta de dignidade, segurança e oportunidades ao grupo de colombianos indígenas, que encontram no cultivo de drogas, na criminalidade e na busca por uma revolução violenta (no caso das guerrilhas) uma maneira de melhorar sua condição de vida. Somam-se a isso o restrito espaço político disponível às perspectivas contemporâneas, a corrosão das normas jurídicas e sociais (anomia) e a deterioração do tecido social (atomia) (Galtung, 2006).

É identificada a necessidade de construir uma sociedade mais coesa, e os meios para isso seriam o combate à anomia (ausência ou ineficácia das normas jurídicas e sociais e à atomia (dissolução do tecido social, do espaço público) (Galtung, 2006). Por fim, acerca do conflito colombiano, o autor (2006) propõe uma dúzia de medidas que devem ser tomadas conjuntamente, das quais citaremos algumas: (a) aumentar a capacidade de gestão de conflitos em todos os níveis; (b) introduzir educação para a paz/conflitos, e jornalismo para a paz nos meios de comunicação

(itens 3 e 4); (c) criar zonas de paz desarmadas; (d) criar comissões da verdade e reconciliação; (e) fornecer suporte econômico aos trabalhadores e produtores rurais; (f) solucionar problemas culturais crônicos como o machismo e o culto à violência, e promover os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais como princípios morais da sociedade, e; (g) elevar os níveis de segurança interna; entre outros mais específicos.

Galtung, em entrevista a Roa Suárez (2012), abordou temas relacionados à América Latina, em especial à Colômbia, e afirmou que a violência estrutural era um fenômeno institucionalizado no país, junto da violência direta promovida por grupos paramilitares vinculados ao governo, pelas guerrilhas e pelo narcotráfico. Essa situação de violência estrutural seria superada, segundo ele, através de maior igualdade econômica e justiça social, além do fortalecimento dos aparatos democráticos e da negociação com os grupos envolvidos no conflito (Roa Suárez, 2012).

Esta dissertação será estruturada em três capítulos substantivos. O primeiro capítulo fornecerá um arcabouço teórico acerca do conceito de "paz positiva", "violência cultural" e "violência estrutural", além de fornecer uma breve visão geral sobre a chamada "pesquisa para a paz", ainda segundo os termos galtunguianos. O segundo capítulo realizará uma breve retomada histórica a respeito do conflito entre as FARC e o Estado colombiano. O capítulo 2, também conta com uma breve introdução a respeito das "missões políticas especiais", nomenclatura que engloba as duas missões realizadas pela ONU na Colômbia.

O capítulo final, por sua vez, será utilizado para apresentar os dados coletados a partir da leitura de relatórios e textos, acerca das duas missões da ONU na Colômbia, e analisa-las a partir dos conceitos de "paz positiva", "violência estrutural" e "violência cultural" e "violência direta", sempre segundo os termos galtunguianos, a fim de compreender o suporte da organização internacional no país andino.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

1. ESTUDOS PARA A PAZ, VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E CULTURAL E PAZ POSITIVA

O primeiro capítulo apresentará o arcabouço teórico que guiará a análise deste trabalho. A partir de pesquisa bibliográfica, apresentamos uma visão geral do campo da chamada “pesquisa para a paz”, evidenciando seu surgimento, desdobramentos e o papel de Johan Galtung em seu desenvolvimento. Em seguida, serão apresentados com maior profundidade os conceitos de “violência estrutural” e “violência cultural”, conceitos que derivam e são essenciais para a compreensão da “paz positiva”, que introduziremos ao final, abordando de que forma essa configuração de paz pode ser obtida.

1.1 Pesquisa para a paz: surgimento, desenvolvimento e debates teóricos

A presente seção almeja realizar uma breve introdução à disciplina da chamada “Estudos para a paz”, da qual a teoria de Johan Galtung essencialmente faz parte. Para isso, apresentaremos, de forma breve, o histórico – surgimento e desenvolvimento – da mesma, além de inseri-la no amplo debate teórico das Relações Internacionais.

Apesar da recente institucionalização dos Estudos sobre paz e conflito como disciplina acadêmica (a partir da metade do século XX), reflexões sobre a paz têm sido desenvolvidas desde a antiguidade. As comédias políticas de Aristófanes (446 a.C. – 386 a.C.) e o “Discurso sobre a paz” de Isócrates (356 a.C.) figuram entre os primeiros registros dedicados exclusivamente a esse tema (Salatini, 2014). Embora apareça com menor destaque em obras de autores medievais, como Agostinho em “A cidade de Deus” (413-426) e Tomás de Aquino na “Suma teológica” (1266-1273), a questão da paz ganha importância crescente nos debates filosóficos a partir do século XV. Entre as contribuições notáveis estão o “Direito de guerra e da paz” (1625) de Hugo Grócio, as propostas do abade de Saint-Pierre como “Projeto para tornar perpétua a paz na Europa” (1713) e “Projeto de Tratado para tornar perpétua a paz entre os soberanos cristãos” (1717), além dos escritos de Jean-Jacques Rousseau, como “Julgamentos sobre a paz perpétua” (1756) e “Escritos sobre o abade de Saint-Pierre” (1761). Outros autores relevantes incluem Jeremy Bentham, com “Um plano

para uma paz universal e perpétua" (1789), e Immanuel Kant, em seu artigo "Sobre a paz perpétua" (1795) (Salatini, 2014).

A formação da disciplina dos Estudos para paz pode ser rastreada na primeira metade do século XX, em especial nos anos que sucederam a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e ganharam maior tração após os eventos traumáticos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), estimuladas pelo ideal de rejeição da violência e das atrocidades em massa, como também pela intensificação da corrida nuclear, principal temor no decorrer da chamada Guerra Fria (1945-1989/1991) (Rogers, Ramsbotham, 1999). Buzan e Hansen (2012) consideram a ordem bipolar como o evento político fundador da chamada "pesquisa para a paz", dos estudos em controle de armamentos e dos estudos estratégicos.

Em termos geográficos, os chamados Estudos para paz surgiram com maior força na Europa Ocidental. Isso se deu pelo papel desempenhado pelo continente durante a então Guerra Fria, como linha de frente e principal prêmio em jogo, e pelas diferenças entre sua política interna e a dos Estados Unidos (Buzan, Hansen, 2012). Wallensteen (2011) afirma que, após os ataques contra Hiroshima e Nagasaki, em 1945, a maior parte da comunidade científica (em especial os cientistas naturais e físicos) viu suas pesquisas serem aplicadas para fins catastróficos. O manifesto Russel-Einstein (1955) convocou, então, a academia a trabalhar para prevenir futuros incidentes nucleares. Disso foi organizado o movimento Pugwash, que uniu cientistas de todas as partes do mundo contra o uso de armas deste tipo (Wallensteen, 2011).

Nesse contexto, foram fundadas revistas científicas e departamentos focados exclusivamente na questão da paz, liderados por Kenneth Boulding, Herbert Herman e Anatol Rapoport. Destacam-se a criação do Journal of Conflict Resolution, em 1957, e do Center for Research on Conflict Resolution, na Universidade de Michigan, em 1959 (Pureza; Cravo, 2005). Inicialmente, o termo "pesquisa de conflitos" (conflict research) foi utilizado para descrever o novo campo de estudo, sublinhando a importância de buscar soluções pacíficas para conflitos em larga escala (Oliveira, 2017).

Essa nova agenda de pesquisa buscou inspiração na revolução behaviorista — movimento que transferia para as ciências sociais um rigor científico semelhante ao

das ciências naturais —, adotando o mesmo conjunto de metodologias que realistas e estrategistas estavam começando a utilizar para se consolidarem como legítimos produtores de conhecimento científico (Oliveira, 2017).

Para Reid e Yanarella (1976), os primeiros esforços de se estabelecer a “*conflict research*” nos EUA em seus moldes “*value-clarified*” (orientada por valores) e “*critically-directed*” (de caráter crítico) estavam beirando a extinção ao final da década de 1960 e início de 1970. O principal indicador desse processo de “captura” das pesquisas de conflito, por parte das tendências então dominantes das Ciências Sociais foi a conversão do *Journal of Conflict Resolution* em um periódico “*technically-oriented*” (orientado para a técnica), “*value obscured*” (uma pretensa ausência de julgamentos de valor sobre a realidade empírica) e a eliminação do pluralismo metodológico (Reid, Yanarella, 1976). Os “estudos para a paz” foram, durante sua formação, dotados de um empirismo característico das abordagens vigentes então nas Relações Internacionais e restrita ao conceito de “paz” e à análise do Estado como ator central, aspectos comuns às teorias realistas das Relações Internacionais.

O “ponto de viragem” da “pesquisa de conflitos” para a “pesquisa para a paz” - de uma disciplina majoritariamente positivista para uma iniciativa crítica aos paradigmas dominantes nas Ciências Sociais¹ -, se deu justamente a partir da formulação dos conceitos de “paz positiva” e “violência estrutural” pelo norueguês Johan Galtung (Pureza, 2009). De maneira abrangente, e sem esgotar a descrição dos conceitos que serão apresentados e discutidos com maior profundidade nas seções seguintes, o conceito de “violência estrutural” introduz diferentes formas de violência à agenda de pesquisa da “pesquisa para a paz”. “Violência estrutural”, nesses termos, diz respeito às desigualdades e injustiças sociais e econômicas, além de outras formas latentes de violência (Galtung, 1969). A “paz positiva”, por sua vez, é a ausência de “violência estrutural”.

Galtung também liderou um movimento de colocar a paz como objeto central da pesquisa da disciplina, fazendo com que o termo “estudos para a paz” (ou *peace studies*) começasse a ganhar destaque na Europa. No editorial do primeiro volume do

¹ Segundo Maschietto, Nobre e Nogueira (2019, p. 540), “naquele contexto, o paradigma predominante era o da ciência normal, e o trabalho estatístico visava traçar correlações e possíveis generalizações, seguindo uma epistemologia eminentemente positivista”.

Journal of Peace Research, Galtung declarou: "Nós não temos medo da palavra 'paz'" (Journal Of Peace Research, 1964, p. 4), evidenciando a pretensão dos pesquisadores ligados ao *Peace Research Institute Oslo* (PRIO), fundado em 1959, em estabelecer a paz como um objeto de estudo científico, indo além da simples resolução de conflitos, como era o foco da "pesquisa de conflitos" (Oliveira, 2017).

Assim, a transformação metodológica da "pesquisa de conflitos", de uma disciplina majoritariamente positivista para uma pós-positivista, se deu em grande medida a partir da reformulação do conceito de "paz positiva", por Galtung, como a redução da "violência estrutural". Essa mudança tornou a "pesquisa para a paz" uma das principais expressões da chamada teoria crítica² das Relações Internacionais (Pureza, 2009). Os motivos dessa transição podem ser encontrados na recusa de se propor como uma ciência neutra e na adoção de uma agenda normativa (Pureza, 2009). Isso significa que os "estudos de paz" deixaram apenas de buscar entender o mundo conforme ele é, e solucionar problemas que perturbem a ordem, e se tornou uma ciência com o objetivo de moldar o futuro conforme desejado. Essa defesa moral da paz, rejeitando a guerra e todas as formas de violência é um traço marcante de Galtung, que o assemelha, nesse quesito, à Immanuel Kant³. Bobbio, contemporâneo de Galtung, também adotava uma linha filosófica semelhante⁴.

² Por teoria crítica, adotamos a definição de Patomäki (2001, p. 727, tradução nossa), na qual a teoria crítica "[...] pressupõe que as ideias e conceitos humanos são significativos do ponto de vista da reprodução ou mudança das relações sociais. Na teoria crítica, argumenta-se que os fatos e regularidades sociais são produzidos historicamente por atores humanos posicionados e relacionais (eles próprios históricos) e, portanto, também podem ser alterados por eles. Apesar da resistência dos poderosos e de outras contingências, uma mudança proposital e emancipatória é, pelo menos em princípio, possível".

³ A guerra, para Kant, é uma prática moralmente errada: "não deve haver guerra alguma, nem entre tu e eu no estado de natureza, nem guerra entre nós como Estados" (MS, AA06: 354 *apud* Santos, 2023, p. 32)". A fim de se evitar a violência (condição comum ao homem em seu estado de natureza) e promover meios pacíficos para a solução de conflitos, Kant advoga a necessidade de se estabelecer ordenamentos jurídicos que promovam: "[...] valores como o homem como fim terminal, a dignidade humana e o progresso humano se consubstanciam nos passos jurídicos, sob o qual os indivíduos se organizam em sociedades civis administradas pelo direito numa justiça distributiva" (Santos, 2023, p. 52).

⁴ Bobbio também advoga pela renúncia da violência como meio de fazer política, especialmente após o advento das armas atômicas de destruição em massa: "O ineditismo da situação na qual se encontra a humanidade diante da ameaça da guerra atômica é tão radical, tão perturbador, que coloca em crise todas as respostas dadas no passado à pergunta sobre o sentido da guerra" (BOBBIO, 2009, p. 38). O autor italiano propõe a utilização de métodos não-violentos para a solução dos conflitos (Salatini, 2011).

Um indicador da renovação metodológica, proposta na obra de Galtung é o artigo "*Empiricism, criticism, constructivism: Three approaches to scientific activity*" [Empiricismo, criticismo, construtivismo: Três abordagens para a atividade científica] (1972), onde o autor tece críticas "à tradição empirista" (entenda-se "positivista") dominante nas Ciências Sociais da época.

Galtung critica, primeiramente, a "ideia da desconfirmação" que sustenta a tradição positivista. Esse princípio estabelece que os dados têm maior validade (são mais fortes) que as teorias, e, em casos de dissonância entre dados e teorias, as últimas devem ser descartadas em detrimento dos primeiros (Galtung, 1972). Nas palavras do autor (Galtung, 1972, p. 356, tradução nossa):

Uma vez que os dados, por definição, se referem ao passado, a desconfirmação, por consequência, promove uma defesa do passado, daquilo que já foi, na atividade científica. O mesmo vale para a confirmação: na confirmação o passado fala mais alto, pois a realidade empírica tem prioridade como realidade real.

O trecho supracitado demonstra a inclinação de Galtung para uma ciência baseada em valores, colocando os "estudos para a paz" como uma disciplina voltada para a prática e com o objetivo de transformar a realidade encontrada pelos cientistas. Pureza (2018, p. 79) comenta a respeito da proposta de Galtung em equiparar os valores aos dados e teorias no fazer científico, nos seguintes termos:

À aparência de cedência ao pensamento pré-científico, Galtung respondeu com uma denúncia: a ortodoxia empiricista sempre escondeu uma agenda valorativa, mas se revelou epistemologicamente incapaz de a reconhecer; tratar-se-ia agora de assumir explicitamente essa condição, dando estatuto epistemológico a uma ciência axiológica a par de uma ciência empiricamente edificada.

Dentro dessa lógica, foi proposto que os "estudos para a paz" se estabelecessem como uma ciência trilateral, igualando os valores às teorias e aos dados, dando aos três a mesma importância epistemológica (Pureza, 2018). Esse projeto de ciência trilateral é expresso por Galtung (1972) no triângulo "dados-Teorias-Valores".

Figura 1 - Triângulo “dados-teorias-valores”



Fonte: Galtung, 1972.

O empirismo, segundo Galtung (1972), avalia as teorias de acordo com os dados, que têm prioridade sobre as construções teóricas. O criticismo avalia a realidade empírica a partir dos valores, tirando conclusões do tipo “certo ou errado”. E o construtivismo, por sua vez, avalia as teorias em consonância com os valores buscados, adaptando as proposições teóricas aos valores idealizados pelo pesquisador. Desse modo, de acordo com o triângulo “dados-teorias-valores” galtunguiano, os valores devem exercer influência no trabalho científico, em especial na forma em que as teorias são construídas e na crítica à realidade que se apresenta ao pesquisador, realidade que deve ser transformada de acordo com os valores da paz.

Segundo Ferreira (2016, s/p), a proposta epistemológica galtunguiana exige uma abordagem transdisciplinar que demanda do pesquisador a superação da barreira existente entre duas ou mais disciplinas, uma vez que a paz e a violência devem ser consideradas como fenômenos complexos e multidimensionais:

Ora, o próprio fenômeno das condições do trabalho para a paz não encontra explicação em um único campo do conhecimento. Pesquisar sobre a conflitividade de determinado país em guerra civil ou da violência urbana em outro, exige adentrar nos meandros de questões que envolvem economia, sociedade, religião, dentre outros. Exige conectar essas áreas, buscar explicações alternativas e ir além do que suas disciplinas sozinhas apresentam. Este é um desafio hercúleo nada simples, pois fugir dele ou negligenciá-lo é relegar o objeto da pesquisa em si: o problema da paz e da violência – que por si sós são transdisciplinares. Explicar condições de violência, ou mesmo exemplos de sucesso em redução daquela rumo a uma paz positiva,

não é possível com explicações monocausais e nem com o arcabouço teórico de uma única área.

A proposta galtunguiana de uma ciência trilateral pode ser resumida da seguinte maneira: a realidade deve ser analisada pelo cientista através dos dados; a realidade observada deve ser comparada com os valores do pesquisador (no caso dos “estudos para a paz”, com os valores da paz), a fim de verificar se esta condiz com os valores almejados; caso não seja condizente, o cientista deve formular teorias que sejam capazes de explicar o mundo e promover mudanças na realidade indesejada. Por fim, Galtung (1972) afirma que o trabalho científico não está terminado quando o pesquisador publica um artigo ou livro, mas quando promove mudanças reais no ambiente estudado.

Ao fim do processo supracitado e da bem-sucedida transformação da realidade, o trabalho científico poderá então ser reiniciado: novas coletas de dados devem ser realizadas, novas análises e críticas baseadas nos antigos ou novos valores. Nas palavras de Galtung (1972, p. 369, tradução nossa):

O processo científico, portanto, não termina com um produto escrito [...]. É concluído quando a realidade é alterada e se obtém consonância empírica. Uma boa teoria não é a que avalia a realidade empírica, mas a que leva à realização de uma nova realidade potencial. Obviamente, para saber que se chegou, o processo pode ter que ser repetido: uma nova realidade significa novos dados; eles têm que ser analisados; os valores poderão ter de ser parcialmente redefinidos; novas críticas têm de ser feitas - só que desta vez normalmente se chama avaliação; novas propostas de correção; nova ação.

1.2 Violência: estrutural, cultural e direta

1.2.1 Violência estrutural

A principal (e também a mais popular) contribuição de Galtung para o estudo da paz é, certamente, a diferenciação entre três distintos tipos de violência: a “violência estrutural”, a “violência cultural” e a “violência direta”.

Em artigo originalmente publicado em 1969, “Violence, peace, and peace research” [Violência, paz e pesquisa sobre a paz], Galtung introduz os conceitos de “violência estrutural” e “violência direta”. Nesse texto, o autor rejeita o pressuposto de

que a violência seria somente a ofensa física causada intencionalmente por alguém, pois, se o conceito de violência fosse reduzido a tal, a ideia de paz como negação da violência seria condizente com "ordens sociais bastante inaceitáveis". A fim de evitar essa distorção, o autor propõe a criação de um conceito ampliado de violência (a "violência estrutural"), para além da definição mais restritiva do fenômeno (a "violência direta") (Galtung, 1969).

Com vistas a solucionar esse problema teórico, Galtung (1969, p. 334) oferece a seguinte definição de violência: "a violência aqui é definida como a causa da diferença entre o potencial e o atual, entre o que poderia ter sido e o que é". Tal definição implica que tudo o que impede um indivíduo de realizar o desenvolvimento de suas capacidades, disposições e possibilidades pode ser classificado como violência, desde práticas discriminatórias mais diretas até formas difusas de desigualdades (Dilts *et al.*, 2012).

Partindo dessa formulação, Galtung estabelece uma diferenciação entre dois tipos de violência (em outro momento, o autor introduzirá ainda o conceito de "violência cultural", abordado nas seções seguintes): a "violência indireta" ou "violência estrutural" existe quando conhecimentos ou recursos são monopolizados por certo grupo ou classe de pessoas, implicando na redução dos níveis de realização atuais para um limiar abaixo do que poderia ser, enquanto a "violência direta" se refere à agressão física direta de um ator contra outro (Galtung, 1969).

A "violência estrutural" é definida por Galtung (1988 apud Galtung, 1990) como a situação na qual os indivíduos mais favorecidos, também referidos como "topdogs", obtêm significativamente mais benefícios, geralmente medidos em termos monetários, dentro da estrutura social em comparação aos menos favorecidos, os "underdogs". Essa disparidade na distribuição de recursos e benefícios pode ser resumida sob o conceito de "exploração". Em decorrência dessa dinâmica de "exploração", os indivíduos menos favorecidos podem sofrer consequências drásticas, como morrer por falta de alimentação adequada, por doenças tratáveis ou viver em um estado de miséria crônica (Galtung, 1990).

O aspecto primordial da "violência estrutural" reside no fato de que ela emerge e se perpetua a partir das próprias estruturas sociais, sem a necessidade de uma

relação direta e explícita entre um agressor identificável e uma vítima específica. Essa forma de violência é marcada por longos e complexos ciclos causais que se estendem de maneira ampla e ramificada (Galtung, 1990).

A “violência direta” é um fenômeno mais fácil de ser identificado e que atrai mais olhares, definida por Galtung (1985, p. 146, tradução nossa) pelos termos segundo os quais a “violência direta é intencional, geralmente rápida e por essa razão é facilmente descoberta, uma vez que a pessoa que estava viva há um segundo agora está morta; portanto, é um foco de fácil atenção”.

A “violência estrutural”, conforme explicado por Barash e Webel (2009), atua de forma a impedir que pessoas tenham acesso a direitos básicos, como bem-estar econômico, igualdade política e social, senso de realização pessoal, além de outras questões. Segundo os autores (2009, p. 7, tradução nossa):

Quando pessoas morrem de fome ou estão famintas, um tipo de violência está atuando. Da mesma forma, quando pessoas sofrem de doenças que podem ser prevenidas ou quando a elas é negada educação de qualidade, habitação acessível, liberdade de expressão e reunião pacífica, ou oportunidades de trabalhar, se divertir ou criar uma família, um tipo de violência está ocorrendo [...].

A “violência estrutural”, portanto, é um processo que atua lentamente, no qual os indivíduos inseridos em determinada estrutura podem causar uma enorme quantidade de dano a outras pessoas sem ter a menor intenção de fazê-lo, apenas ao perfazer tarefas ordinárias (Galtung, 1985).

Dilts *et al.* (2012, p. 202, tradução nossa) defendem a utilização do conceito de “violência estrutural” para designar formas de injúria que não atendem aos critérios tradicionais e, portanto, não são interpretadas como violência:

[...] o que torna tais violências estruturais não é simplesmente o fato de não obedecerem à gramática jurídica, segundo a qual a responsabilidade deve ser atribuída a um agente individual [...] tal violência é estrutural devido à sua temporalidade recorrente e iterativa, ao fato de ser reproduzida – de forma diferenciada, claro – e ao fato desta reprodução e reprodutibilidade não serem apenas aspectos contingentes, mas constitutivos das economias contemporâneas da violência.

Dilts *et al.* (2012) afirmam que, apesar da existência de críticas em relação à vagueza do conceito, e de sua grande abrangência, a “violência estrutural” se coloca como alternativa para o problema das definições “convencionais” (ou “positivistas”) que associam a violência apenas a fenômenos visíveis e ações que podem ser atribuídas a um indivíduo específico (violência intencional, que causa danos físicos a um indivíduo ou à sua propriedade). Para o positivismo, a “violência estrutural” e a “violência cultural” seriam “[...] extensões ‘metafóricas’ do ‘verdadeiro’ conceito de violência, e uma tentativa de ‘politizar’ a ‘pesquisa social’” (Dilts *et al.*, 2012, p. 196, tradução nossa).

O alargamento do conceito de violência impactou as estratégias de pesquisa no campo dos estudos para a paz. Pesquisas voltadas ao estudo da “violência direta” direcionam suas energias ao estudo de atores internacionais e intranacionais, a fim de analisar suas capacidades e motivações e propor soluções capazes de prevenir a ação desses agentes violentos (Galtung, 1985). O foco na “violência estrutural”, por sua vez, deve proporcionar análises críticas acerca das estruturas desiguais, com vistas a reduzir os níveis de violência desse tipo (Galtung, 1985).

O conceito de “violência estrutural” se tornou popular e passou a ser utilizado amplamente em estudos teóricos e empíricos (especialmente em pesquisas sobre desenvolvimento e resolução de conflitos).

Galtung e Høivik (1971), em tentativa de operacionalizar o conceito de “violência estrutural”, sugerem a possibilidade de mensurar o nível desse fenômeno a partir do número de mortes evitáveis, em determinada sociedade, que ocorrem em razão da concentração de recursos nas mãos de classes sociais privilegiadas. Essa sugestão é semelhante aos métodos de medição dos níveis de “violência direta”. Outro possível cálculo (e mais apropriado, segundo os autores) seria verificar os níveis de “violência estrutural” em função do número de anos de vida perdidos. Caso uma sociedade tenha recursos capazes de prover a seus cidadãos uma expectativa de vida X, e alguns grupos desta sociedade têm uma expectativa de vida abaixo desse limiar, a “violência estrutural” pode estar presente. Dessa maneira, a “violência estrutural” é a diferença entre a expectativa de vida ótima e a expectativa de vida atual (Galtung, Høivik, 1971).

Seguindo a mesma linha do trabalho de Galtung e Höivik (1971), Köhler e Alcock (1976) estimaram quantitativamente o grau de “violência estrutural” para os países do mundo no ano de 1965. Os estudos concluíram que, naquele ano, os países do chamado “Sul Global” sofreram 96% do total da “violência estrutural” mundial, 99,9% da violência civil e em torno de 90% das mortes em conflitos e guerras internacionais (Köhler, Alcock, 1976).

1.2.2 Tipologia da violência direta e estrutural

Galtung propõe que existem necessidades humanas básicas, categorizando-as da seguinte forma: necessidades de sobrevivência; necessidades de bem-estar; necessidades de identidade e significado; e necessidades de liberdade. A negação de cada uma dessas necessidades seria (de acordo com a sequência anterior): morte, mortalidade; miséria, morbidez; alienação; e repressão (Galtung, 1990). A “violência estrutural” e a “violência direta” atuam diretamente contra as necessidades humanas básicas supracitadas. A partir disso, Galtung (1990) estabelece uma tipologia da “violência direta” e da “violência estrutural”, com base em sua relação com cada tipo de necessidade humana básica. Iniciaremos a exposição a partir da “violência direta”, seguida pela “violência estrutural”.

Figura 2 - Tipologia da violência

	Necessidades de sobrevivência	Necessidades de bem-estar	Necessidades de identidade	Necessidades de liberdade
Violência direta	Assassinato	Mutilação Cercos Sanções Miséria	Dessocialização Ressocialização Cidadania de segunda-classe	Repressão Detenção Expulsão
Violência estrutural	Exploração A	Exploração B	Penetração Segmentação	Marginalização Fragmentação

Fonte: Galtung, 1990

A primeira tipologia se refere à ação da “violência direta” contra a necessidade de sobrevivência humana. Esse insulto se dá através de assassinatos, genocídios e outras formas de agressão física (Galtung, 1990). O autor afirma que considerar apenas esse tipo de violência como objeto de estudo da pesquisa para a paz é limitante, de modo que importantes relações entre os diferentes tipos de violência são ignorados (Galtung, 1990).

A “violência direta” contra necessidades de bem-estar inclui os cercos, bloqueios e sanções. O que pode ser visto como uma forma não-violenta de ação por alguns intérpretes é interpretada como uma agressão lenta e intencional, através de má nutrição, falta de cuidados médicos e outras negligências humanas. Os agressores deixam de lidar com a violência diretamente, tornando a cadeia causal mais longa. Geralmente, os efeitos são sentidos pelos grupos mais vulneráveis de pessoas: crianças, idosos, pobres e mulheres (Galtung, 1990).

As necessidades de identidade são afetadas pela “violência direta” por meio da alienação, através da imposição de idiomas e culturas dominantes. Um exemplo citado por Galtung é o de “cidadãos de segunda-classe”, que são sujeitados a expressar a cultura imperante, e não a sua própria (Galtung, 1990).

Por fim, a repressão é a maneira em que a “violência direta” insulta as necessidades de liberdade. A repressão pode se dar através da detenção: trancar pessoas em algum lugar (prisões, campos de concentração). Pode ocorrer, também, através da expulsão: trancar pessoas fora de algum lugar (banindo-as do país ou para algum território distante) (Galtung, 1990).

No âmbito da “violência estrutural”, esta pode atuar contra a necessidade humana de sobrevivência, quando o indivíduo é explorado a tal ponto que não resiste e morre em decorrência de fome, de doenças tratáveis ou de outras formas de exploração: “Pessoas morrem de diferentes formas: no Terceiro Mundo, de diarreia e deficiências imunológicas; nos países ‘desenvolvidos’, de forma evitável e prematura, por doenças cardiovasculares ou tumores malignos” (Galtung, 1990, pp. 293-294, tradução nossa).

As vítimas da “violência estrutural” podem não morrer em decorrência do fenômeno, mas ficar em um permanente estado de miséria (também incluindo,

segundo Galtung, mal nutrição e doenças). Dessa forma, a “violência estrutural” insulta as necessidades básicas de bem-estar humano (Galtung, 1990).

“Penetração” e “segmentação”, segundo Galtung, são as formas como a “violência estrutural” atinge as necessidades básicas de identidade. A “penetração” ocorre de forma com que os “topdogs” penetrem na consciência dos “underdogs”, moldando-as conforme suas preferências, enquanto a “segmentação” impede que os “underdogs” tenham uma imagem do plano completo e desenvolvam maior consciência (Galtung, 1990).

Por fim, as necessidades de liberdade são afetadas da seguinte forma: a “marginalização” seria uma forma de manter os “*underdogs*” fora (de um ambiente, de um círculo, etc.), e a “fragmentação” seria uma maneira de deixá-los longe uns dos outros, de modo a dissociá-los (Galtung, 1990).

1.2.3 Violência cultural

Galtung apresentou o conceito de “violência cultural” em seu trabalho publicado em 1990 sob o título “Cultural violence” [Violência cultural]. O autor (1990, p. 291) delinea a “violência cultural” como “os aspectos da cultura, a esfera simbólica da nossa existência – exemplificados pela religião e ideologia, linguagens e artes, ciências empíricas e formais (lógica, matemática) – que podem ser usados para legitimar a violência direta ou estrutural”. Esse fenômeno atua obscurecendo a percepção de outras formas de violência, tornando-as aparentemente legítimas ou desconsiderando sua imoralidade, levando à opacidade da realidade, dificultando a identificação de atos violentos (Galtung, 1990).

Galtung (1990, p. 292) ilustra como um aspecto cultural pode justificar a violência, utilizando o exemplo do nacionalismo: “matar em nome de uma nação é correto, em nome de si mesmo é errado”. Essa perspectiva reforça a ideia de que certos elementos culturais podem legitimar a violência, ao criar uma percepção de justiça ou aceitabilidade moral, distorcendo assim a avaliação objetiva dos atos violentos.

Galtung cautelosamente evita a suposição de superioridade cultural, ao argumentar que a institucionalização de uma cultura para impor sua adoção universal seria, por si só, um ato de “violência direta”. Ele ressalta a impossibilidade de rotular culturas inteiras como intrinsecamente violentas, destacando que somente certos elementos de uma cultura podem manifestar tal caráter. O autor também destaca que afirmar a superioridade de uma cultura sobre outra constitui um exemplo de violência cultural (Galtung, 1990).

1.3 A relação entre violência cultural, estrutural e direta

Galtung estabelece uma relação entre as três formas de violência que delinea em sua teoria. Segundo o autor, a “violência direta”, aquela que é facilmente perceptível por meio de ações humanas evidentes, não surge de maneira isolada, mas deriva das outras duas formas de violência.

As raízes da “violência direta” estão ancoradas na “violência cultural”, que consiste em uma cultura permeada pela violência (a “violência cultural”), seja ela patriarcal, patriótica ou de qualquer outra natureza. Além disso, a “violência direta” também encontra suas bases em estruturas sociais violentas (a “violência estrutural”), que podem se manifestar como sistemas repressivos, exploradores, alienantes, entre outros (Galtung, 1998).

É importante ressaltar que Galtung (1998) rejeita a concepção de que a violência seja inerente à natureza humana. Para ele, o potencial tanto para a violência quanto para o amor é intrínseco à natureza humana; porém, a materialização desse potencial está condicionada às circunstâncias em que as pessoas estão inseridas. Um conflito, segundo a “teoria dos conflitos” do autor, não é necessariamente um fenômeno violento.

Segundo Galtung (2009), um conflito existe quando atores perseguem metas ou objetivos que são inconciliáveis ou incompatíveis entre si. Nas raízes de cada conflito, existe uma contradição. Embora seja comumente associado ao comportamento violento, o conflito não se restringe necessariamente a expressões violentas. A contradição pode ser solucionada a partir de abordagens criativas e não-

violentas, permitindo a transformação do conflito por meio de métodos pacíficos de solução de conflitos (Galtung, 1996).

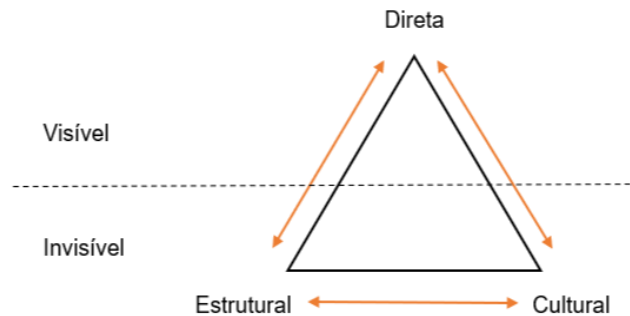
O que afeta a possibilidade de um conflito ser solucionado de maneira positiva ou não são os níveis de “violência estrutural” e “violência cultural” presentes em uma sociedade (Galtung, 1998). Em sociedades marcadas por elevados níveis de “violência estrutural” e “violência cultural”, a resolução positiva dos conflitos, fenômenos naturais à experiência humana, se torna mais desafiadora. Nesses contextos, os conflitos são mais propensos a se manifestar na forma de violência direta (Ercoşkun, 2021).

O autor propõe que, em termos temporais, a “violência direta” é identificada como um evento, enquanto a “violência estrutural” é caracterizada como um processo (média duração), ao passo que a “violência cultural” é descrita como uma invariância, que tende a se manter constante por longos períodos (longa duração) (Galtung, 1977 apud Galtung, 1990).

A fim de estabelecer uma relação entre as três dimensões da violência, o autor sugere a existência de um fluxo causal que se origina na “violência cultural” e avança em direção à “violência direta”, atravessando o espectro da “violência estrutural”. Em suas palavras, “a cultura prega, ensina, adverte, incita e nos induz a ver a exploração [violência estrutural] e/ou a repressão como normais e naturais, ou a não as vemos [...]” (Galtung, 1990, p. 295, tradução nossa). A “violência direta”, dentro dessa lógica, surge como uma tentativa de romper com o ciclo de exploração imposto pela estrutura violenta e é, simultaneamente, mobilizada pelos “*topdogs*” com o objetivo de manter intactas as estruturas vigentes (Galtung, 1990).

A sequência de causa e efeito citada no parágrafo anterior não é a única relação possível de se estabelecer entre os três tipos de violência. Galtung recomenda que a metáfora do triângulo da violência é mais adequada para explicar a conexão entre as facetas do fenômeno (Galtung, 1996).

Figura 3 - Triângulo da violência



Fonte: Galtung, 1996

Apesar de sugerir que a violência se inicia no âmbito cultural, passa pelas estruturas e se manifesta na “violência direta”, Galtung (1990) não exclui a possibilidade de outros arranjos. A “violência direta” pode produzir mais desigualdades e reforçar sentimentos negativos, alimentando uma cultura negativa em relação a outro grupo. Por outro lado, a desigualdade econômica pode reforçar preconceitos e assim por diante. É, em suma, um processo que pode se retroalimentar continuamente (Galtung, 1998).

1.3.1 Violência estrutural na Colômbia

É significativa a quantidade de trabalhos que discutem a relação entre “violência estrutural” e “violência direta” na Colômbia (com maior foco no conflito entre as FARC-EP e o Estado colombiano). Grande parte dos trabalhos entende que as desigualdades econômicas e políticas são fatores relevantes para explicar a ação violenta da referida guerrilha no país (Albertus, Kaplan, 2013; Ioris, Ioris, 2018; Chaparro, Chagas-Bastos, 2021).

Em estudo empírico, Albertus e Kaplan (2013) analisaram dados referentes à aplicação da Lei 135/1961 (que prevê a distribuição de terras em zonas selecionadas na Colômbia) entre 1988 e 2000. A análise concluiu que a redução dos níveis de

atividade insurgente estava atrelada à maneira com que a reforma agrária era implementada. Em algumas localidades, foram realizadas reformas de baixa escala e geograficamente dispersas, especialmente devido à pressão de latifundiários poderosos que minavam a distribuição de terras.

Nessas regiões, a violência era intensificada pela presença de grupos paramilitares (contra as reformas) e grupos de segurança privada (contratados por grandes proprietários), que travavam combate contra as guerrilhas, resultando no aumento dos níveis de atividades insurgentes nas regiões (Albertus, Kaplan, 2013). Em territórios onde reformas de larga-escala foram implementadas, fora observada uma redução nos níveis de atividade insurgente, sugerindo que, “quando a reforma agrária é implementada em escala suficiente, pode efetivamente reduzir os níveis de atividade guerrilheira” (Albertus, Kaplan, 2013, p. 227, tradução nossa).

Sobre a relação entre desigualdade social e paz, no contexto colombiano, Chagas-Bastos (2018, p. 132, tradução nossa) completa:

O que se passou despercebido ao longo dos anos é que a reprodução da desigualdade a longo prazo não foi vista como estrutural e, em vez disso, foi vista como um instrumento de clientelismo político sobre e através da política regional. A pobreza é ao mesmo tempo causa e consequência das questões colombianas. Sem reduzir o fosso social, o sonho de um país pacífico está a quilômetros de distância.

Chaparro e Chagas-Bastos (2021) analisam o acordo colombiano e seus mecanismos de promoção de paz e concluem que este possui mecanismos que reconhecem e tentam promover, por meio de políticas públicas, direitos de ordem social, política e econômica, de modo a tentar solucionar as causas estruturais do conflito armado naquele país. Segundo os autores, os Programas de Desenvolvimento com Enfoque Territorial (PDET) – que privilegiam o desenho de políticas públicas a partir dos territórios mais atingidos pelo conflito, com participação da população e propostas para os problemas específicos de cada localidade – são um exemplo de política pública voltada à “superação das condições sociais, econômicas, políticas e culturais subjacentes à violência, considerando a variável território, que estabelece aspirações ao processo de construção da paz como paz positiva” (Chaparro, Chagas-Bastos, 2021, p. 102, tradução nossa).

loris e loris (2018, p. 81, tradução nossa), por sua vez, argumentam que, para que o acordo com as FARC-EP seja exitoso, políticas públicas de caráter político e socioeconômico mais amplos devem ser levados a cabo:

Além disso, a persistente desigualdade social e a concentração de riqueza do país exigem que a modernização e industrialização de cima para baixo, promovida no país em meados do século passado, sejam redefinidas em direção a um quadro de referência socioeconômico, político, cultural e ambiental mais inclusivo. Os diferentes níveis de governo têm de ser reorganizados para que segmentos sociais anteriormente excluídos, não restritos a grupos guerrilheiros, sejam plenamente incluídos no sistema democrático formal, incluindo o processo de tomada de decisão relativo à distribuição dos serviços públicos e a desmobilização e integração de áreas de conflito.

Portanto, para que uma paz duradoura e efetiva seja alcançada, uma agenda de desenvolvimento nacional mais inclusiva deve ser cumprida, especialmente por meios da inclusão política e econômica de segmentos historicamente excluídos, sendo necessária, também, a boa vontade dos principais agentes políticos (loris, loris, 2018).

A partir do exposto acima, pode-se inferir que a “violência direta”, pelo menos no contexto colombiano, possui relação com os elevados índices de “violência estrutural” (e, no caso da guerrilha, a “violência estrutural” no campo). Nesse sentido, é quase unânime a ideia de que as iniciativas de *peacebuilding* (construção da paz) na Colômbia devem incluir propostas que solucionem o problema da distribuição fundiária (Albertus, Kaplan, 2013) e de facilitação da participação política, bem como a solução das desigualdades sociais e econômicas em sentido amplo (Chagas-Bastos, 2018; loris, loris, 2018).

Houve, infelizmente, pouco avanço na implementação da agenda prevista nos pontos do acordo sobre reforma agrária e participação política. Segundo dados do *Peace Accord Matrix*, da Universidade de Notre Dame, em novembro de 2022, 66% das medidas previstas no acordo referente à reforma agrária haviam sido implementadas minimamente, enquanto 4% foram completadas. Quanto à participação política, 27% das medidas não foram iniciadas e 41% foram minimamente implementadas (Quinn, Gómez Vásquez, 2023).

1.3.2 Violência cultural na Colômbia

Peter Waldmann (2007) questiona se existe uma cultura de violência no país andino aqui analisado. O autor afirma, inicialmente, que procurar evidências claras e positivas sobre a existência do fenômeno no caso colombiano pode ser um empreendimento infrutífero. Para averiguar a presença de uma cultura de violência no país, Waldmann (2007) recorre à observação de indicadores indiretos, que podem indicar efetivamente a atuação do fenômeno. Os indicadores estudados pelo autor correspondem a indicadores estruturais, que decorrem da violência no país (frequência, intensidade, etc.); indicadores mentais, que sugerem a existência de uma propensão ao uso da violência; e à falta de tabus e regras proibitivas com o objetivo de limitar a violência (Waldmann, 2007).

Em seu referido estudo, alguns indicadores estruturais são apontados por Waldmann. O primeiro é o que o autor chama de "onipresença da violência no país", nos termos segundo os quais "dificilmente exista uma única esfera social, localização geográfica ou grupo que foi poupado por um longo período" (Waldmann, 2007, p. 596, tradução nossa). Outro indicador que sugere uma cultura de violência no país é a existência de múltiplos atores violentos, organizados em torno de práticas organizadas, propiciada pela presença de um ambiente sociocultural que não estigmatiza negativamente o recurso à violência, mas o aceita como método para alcançar estima e sucesso (Waldmann, 2007).

Quanto aos indicadores mentais, corresponderiam "à forma como os padrões de pensamento e conceitos emotivos que promovem a violência estão ancorados na consciência coletiva" (Waldmann, 2007, p.596, tradução nossa). O autor destaca a predominância de um pensamento dicotômico "amigo-inimigo", que é originalmente associado à histórica rivalidade entre os partidos Liberal e Conservador, e sobreviveu às mudanças socioeconômicas que tomaram lugar no país, mais notadamente a transição de uma sociedade primariamente agrária para uma configuração urbanizada (Waldmann, 2007). Igualmente, a existência de uma cultura machista também reforça padrões de comportamento violento (Waldmann, 2007).

Por fim, o mesmo autor (2007, p.599, tradução nossa) destaca a ausência de tabus e sanções informais contra o uso da violência:

Resumindo, o uso não autorizado da violência na Colômbia não é um direito enfatizado nem uma ofensa geralmente criticada. Basicamente, não há discurso público sobre violência. As pessoas geralmente estão cientes disso principalmente porque é perpetrado constantemente, e não raramente de forma excessiva. Isto, por sua vez, só é possível devido a uma tolerância tácita generalizada e à aceitação do uso da força física para resolver problemas privados e sociais, uma atitude que pode certamente ser descrita como uma cultura de violência.

Ordás García (2008) contribui ao debate sobre a "violência cultural" na Colômbia, apontando que a existência de uma linguagem e discurso legitimadores se estabelecem na subjetividade da população, de forma a naturalizar o recurso à violência como uma alternativa para a solução de conflitos. A autora destaca, também, os papéis da intolerância, xenofobia, machismo e a negação do outro como fatores relevantes para a persistência de uma cultura violenta no país andino (Ordás García, 2008).

É evidente, a partir dos trabalhos expostos acima, a permanência de uma cultura de violência na Colômbia. Segundo Galtung (1998), que analisou mais de uma vez o caso colombiano, é de extrema importância que a "violência cultural" seja reduzida, a fim de que uma paz duradoura seja estabelecida. Desse modo, conforme já afirmado, o presente trabalho buscará verificar se as missões da ONU na Colômbia realizam algum trabalho no sentido de eliminar a "violência cultural", em conjunto com a "violência estrutural" e a "violência direta".

1.4 Paz positiva e negativa

Galtung apresentou o conceito de "paz positiva" pela primeira vez em 1964, na edição inaugural do *Journal of Peace Research*. A concepção de "paz negativa" se referia à ausência de violência armada, caracterizada pela cessação de hostilidades e conflitos armados, enquanto a "paz positiva" correspondia, inicialmente, à "integração da sociedade humana" (*Journal of Peace Research*, 1964, p. 02, tradução nossa). As primeiras elaborações de Galtung refletem uma perspectiva funcionalista do autor, em seus primeiros anos (Lawler, 1995; Pureza, 2009).

Galtung, então, introduziu mudanças relevantes ao conceito de "paz positiva", cinco anos depois, em seu já citado artigo seminal "Violence, peace, and peace

research" [Violência, paz e pesquisa sobre a paz], de 1969. "Paz positiva", segundo o autor, passou então a ser a ausência de "violência estrutural" (e, mais tarde, de "violência cultural"). Essa mudança corresponde à já citada transição do autor, de uma perspectiva positivista para uma pós-positivista (Pureza, 2018).

A definição de "paz" parte do princípio de que esse fenômeno pode ser compreendido como a "ausência de violência". Galtung estabelece uma distinção entre dois tipos distintos de violência: a "violência pessoal ou direta" e a "violência estrutural ou indireta". A paz, orientada pela eliminação da "violência pessoal ou direta" é designada como "paz negativa", enquanto aquela que se baseia na eliminação da "violência estrutural ou indireta" (como também da "violência cultural") é denominada "paz positiva" (Galtung, 1969; Oliveira, 2017).

A "paz negativa", dessarte, apresenta afinidade com o pensamento realista das Relações Internacionais, que concebe a paz como a ausência de conflitos armados. A agenda de pesquisa centrada na "paz negativa" aborda temáticas relacionadas aos mecanismos de controle da "violências direta", incluindo a diplomacia, a atuação de organizações internacionais em situações de conflito armado, o desarmamento, o controle de armas nucleares e químicas, bem como outros meios de contenção das diversas formas de violência física (Oliveira, 2017).

No contexto da "paz positiva", Galtung oferece uma perspectiva maximalista, que amplia a agenda de pesquisa para além da violência armada. Esse conceito possibilita que pesquisadores investiguem questões relacionadas às desigualdades sociais e econômicas, participação política, direitos humanos, questões ambientais, igualdade de gênero e uma variedade de outros tópicos congêneres (Oliveira, 2017).

A revisão de Galtung acerca do conceito de "paz positiva" reflete influências de pensamentos liberais e marxistas. Conforme Lawler (1989), Galtung se inspirou na crítica marxista dirigida à exploração econômica evidente nas sociedades capitalistas, ao mesmo tempo em que incorporou elementos do liberalismo para abordar o argumento acerca da má distribuição de poder político presente em sociedades comunistas. Em ambas as situações consideradas, os indivíduos são impedidos de realizar plenamente seu potencial humano (Lawler, 1989).

1.4.1 Como promover a paz?

Um dos grandes erros em processos de pacificação é a crença de que a "violência direta" foi extinta após um acordo de paz e desmobilização dos combatentes. Mesmo que o sofrimento da "violência direta" tenha acabado, é possível que os níveis de "violência estrutural" e "violência cultural", eventualmente, possam até ter aumentado durante o processo de enfrentamento da "violência direta" (Galtung, 1998).

Usando o triângulo da violência como base, Galtung (1996, p. 208, tradução nossa) sugere que a paz pode ser alcançada através da eliminação das três formas de violência:

Esta síndrome triangular da violência deve ser contrastada mentalmente com um triângulo da paz, no qual a paz cultural gera a paz estrutural, com relações simbióticas e equitativas entre parceiros diversos, e a paz direta com atos de cooperação, amizade e amor. Poderia ser um triângulo virtuoso, em vez de vicioso, que também se auto reforça. Este triângulo virtuoso seria alcançado trabalhando nos três pontos ao mesmo tempo, sem presumir que uma mudança fundamental em um deles automaticamente levará a mudanças nos outros dois.

Faz-se necessário, para alcançar a paz, que os três vértices do triângulo da violência sejam tratados simultaneamente (se possível). Fazendo um paralelo com as ciências da saúde, Galtung (1998) afirma que construir uma "paz positiva" (estrutural e cultural) corresponde a altos níveis de imunidade e de saúde em geral, e que, da mesma forma como as terapias, faz-se necessária a prevenção (promoção da "paz positiva" em casos anteriores à manifestação da "violência direta") e reabilitação (reconstrução da "paz positiva" após a resolução de conflitos violentos). Torna-se necessário, portanto, que as violências anteriores ao conflito violento sejam solucionadas a fim de evitar que a "violência direta" não ressurgir.

Galtung reflete acerca das práticas empíricas de intervenção em conflitos, a partir da reflexão sobre os conceitos de "*peacekeeping*", "*peacemaking*" e "*peacebuilding*". Para Galtung (1976), o empreendimento do "*peacekeeping*" é uma abordagem dissociativa, que distancia as partes antagônicas com base em ameaças de punições em casos de transgressão. Se as barreiras impostas (distância social e

geográfica) não forem suficientes, terceiros podem ser chamados a exercer as chamadas operações de *"peacekeeping"* (ou intervirem por conta própria).

Galtung (1976) aponta os problemas dessa abordagem, afirmando que, nesse modelo, o uso da força cria uma dinâmica de instabilidade na região de conflito. O principal problema, entretanto, é que a abordagem do *"peacekeeping"* busca reestabelecer o *status quo ante*, focando apenas em impedir que os atores realizem ações de "violência direta". Os interventores não questionam se o *status quo* anterior era marcado por elevados índices de "violência estrutural" (Galtung, 1976).

A segunda abordagem, o *"peacemaking"*, se ancora na redução da violência a partir da solução do conflito subjacente, baseando-se na premissa de que, uma vez que as incompatibilidades entre os atores discordantes são resolvidas, a "violência direta" relacionada a eles desaparecerá (Galtung, 1976). O autor não deixa de reconhecer os méritos dessa abordagem, mas afirma que a mesma é demasiadamente centrada nas partes conflitivas e se alicerça na percepção de que os atores envolvidos estão em posições e possuem capacidades simétricas. Novamente, questões estruturais são ignoradas ou recebem pouca atenção, o que não garante uma mudança no *status quo* e não permite a resolução de conflitos verticais (quando atores possuem capacidades díspares) (Galtung, 1976).

Para incluir o problema da "violência estrutural" no debate, Galtung (1976) introduz o conceito de *"peacebuilding"*. O *"peacebuilding"* é uma abordagem associativa, que pressupõe a eliminação das causas da "violência direta" e da "violência estrutural" (podendo-se estender para a "violência cultural", mesmo se tratando de um anacronismo na bibliografia do autor), e, portanto, busca promover uma "paz positiva" (Cravo, 2017).

Galtung enumera uma série de princípios que devem basear a atividade do *"peacebuilding"*: a equidade diz respeito à construção de relações horizontais e igualitárias, sendo o oposto da exploração; a entropia tem um sentido de inclusão no processo, quebrando o monopólio das elites no processo decisório; e a simbiose implica a criação de relações de interdependência entre as partes, sendo um antônimo de isolamento (Cravo, 2017; Galtung, 1976).

O "*peacebuilding*" é, portanto, um empreendimento voltado à criação de uma estrutura social pacífica dotada de mecanismos dos quais o próprio sistema pode recorrer, afim de manter um estado de "paz positiva" (do mesmo modo que um corpo é capaz de criar anticorpos, sem a necessidade de recorrer à administração de remédios) (Galtung, 1976). Os conflitos tendem a aparecer, pois são parte da natureza humana (Galtung, 1998), mas, em um contexto de "paz positiva", os conflitos tendem a ser solucionados de forma pacífica, uma vez que as possibilidades para sua resolução são mais variadas, devido à inclusão de múltiplos atores com perspectivas diferentes nesse sistema (Galtung, 1976).

Nesse sentido, Bobbio (2009, p. 195-196) fornece uma breve descrição sobre a doutrina da não-violência, para a resolução de conflitos:

O que caracteriza a doutrina da não-violência é a invenção e a prática de técnicas para uma ação não violenta que deveriam, se usadas de modo inteligente e orquestrado, resolver também aqueles conflitos para a resolução dos quais usualmente se recorre à violência [...]. Não se trata de renunciar à política como ação coletiva, mas de renunciar à violência como meio de fazer política compreendida como ação entre amigo-inimigo. Isto também significa superar a distinção tradicional entre ética e política, entre moral individual e moral de grupo, entre ética da intenção e ética da responsabilidade. Trata-se de renunciar coletivamente à violência como meio já não mais adequado ao objetivo.

Portanto, a solução pacífica de conflitos exige, conforme posto por Bobbio (2009), uma cultura de paz, uma cultura que renuncie à violência como recurso para a solução de controvérsias. Desse modo, é fundamental que a construção de paz busque se atentar a aspectos estruturais, a fim de eliminar distorções socioeconômicas e culturais que fomentem uma condição desigual e, por consequência, a "violência direta".

2. O CONFLITO NA COLÔMBIA: BREVE RETOMADA

O fenômeno da guerra de guerrilhas foi recorrente em diversos países da América Latina durante o século XX. Uma das primeiras expressões do movimento guerrilheiro contemporâneo ocorreu na Nicarágua, sob a liderança de Augusto César Sandino, sendo replicado em El Salvador, Cuba, Colômbia e outros países da região (Rozos, 2018).

Na Colômbia, foco do presente trabalho, as guerrilhas de ideologia comunista surgiram em meio a desigualdades econômicas no campo, resultantes da elevada concentração fundiária (Leech, 2011). Os grupos de autodefesa que se transformariam nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) emergiram no contexto da guerra civil conhecida como *La Violencia* (1948-1958), seguida pelo estabelecimento da Frente Nacional, um modelo político que limitava o poder do Estado aos partidos Liberal e Conservador (Leech, 2011). As FARC derivaram dos grupos de autodefesa camponeses formados nesse período, sendo oficialmente estabelecidas em 1964.

O presente capítulo fará uma breve retomada da história das FARC, recorrendo ao método de revisão bibliográfica. Serão apresentados, sem esgotar o assunto, como a guerrilha surgiu e se articulou, a partir da metade do século XX, e como ocorreu seu declínio, em meados do final do século XX e início do século XXI, culminando na assinatura de um acordo de paz com o Estado colombiano, em 2016.

2.1 Precedentes e surgimento das FARC

Para compreender o surgimento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), é essencial contextualizar historicamente o ambiente em que a organização foi fundada, identificando as causas que motivaram sua criação. Primeiramente, é pertinente revisitar o processo de independência da Colômbia frente à Espanha em 1810, quando as elites rurais locais, descendentes dos colonizadores espanhóis (chamados *criollos*), consolidaram seu domínio político e econômico no país, apropriando-se de grande parte das terras agrícolas (Leech, 2011). Conforme destaca

Leech (2011), durante a independência, o poder foi transferido dos colonizadores espanhóis para os colombianos descendentes destes.

A partir da metade do século XIX, a elite recém-estabelecida na Colômbia se estruturou em torno de dois partidos políticos que viriam a predominar no cenário político nacional: o Partido Liberal e o Partido Conservador. As divergências entre esses partidos frequentemente levavam a episódios de violência. Embora camponeses participassem desses conflitos, as disputas eram fundamentadas nos interesses das elites governantes, sem conexão com as demandas populares (Leech, 2011). Os partidos dominantes buscavam apoio popular nos grupos historicamente marginalizados:

Na década de 1850, nenhuma facção do governo era suficientemente poderosa para implantar uma hegemonia regional, muito menos nacional. Cada setor que aspirava ao poder estatal tinha que, em diversos graus, forjar alianças nos âmbitos local e regional com grupos que haviam sido anteriormente privados do direito ao voto e cujas demandas incluíam o fim das desigualdades derivadas dos padrões de dominação coloniais. Enquanto para os conservadores e para muitas elites regionais liberais a democracia não devia abrir caminho para uma "república de iguais", em que reinaria a "anarquia", para os afro-caucanos [afrodescendentes da região do Cauca] a igualdade significava o fim da escravidão e do domínio dos donos de terra conservadores, assim como o acesso à propriedade da terra. (Hylton, 2010, p. 48-49)

A rivalidade entre liberais e conservadores era muito forte, ao longo do século XIX e início do século XX, de modo a transpassar o âmbito da política legal e desembocar em conflitos armados mortais, sendo um dos mais destacados a Guerra dos Mil Dias⁵. Segundo Villamizar (2017), as causas eram quase sempre as mesmas:

⁵ A Guerra dos Mil Dias (1899-1902) durou 1.131 dias, e carregava muito das contradições mal resolvidas dos conflitos anteriores entre liberais e conservadores. Segundo Villamizar (2017, p. 94-95, tradução nossa): "Quando o conflito começou, em 20 de outubro de 1899, o país era governado por um setor do Partido Conservador conhecido como 'os nacionalistas', expressão da Regeneração que concebeu a obscurantista Constituição de 1886, promulgada durante a presidência de Miguel Antonio Caro e vigente por 105 anos, até 1991. A crise dos partidos políticos, refletida na recusa do Congresso em reformar a lei eleitoral para oferecer maiores garantias aos liberais, foi uma das causas que desencadearam a guerra. Como adversário dos conservadores nacionalistas, havia um setor do mesmo partido denominado 'os históricos', que propunha maior descentralização e estava aliado aos 'belicistas' do Partido Liberal na oposição armada. Estes já possuíam um exército rebelde, comandado pelo general Rafael Uribe Uribe, herdeiro da tradição guerreira do século que estava prestes a acabar; na liderança liberal estavam 'os pacifistas' do Olimpo Radical, com Aquileo Parra à frente, que fizeram todo o possível para evitar a guerra".

a posse e distribuição da terra, as demandas de províncias quase sempre esquecidas, as dificuldades fiscais, as crises entre os partidos e os conflitos internos, a separação entre Igreja e Estado. A maioria desses conflitos terminava em acordos de paz, anistias e indultos aos rebeldes que levantavam armas contra o governo vigente, além de, em alguns casos, a convocação de uma Assembleia Constituinte e promulgação de nova Constituição (Villamizar, 2017).

No final da década de 1920, Jorge Eliécer Gaitán, um político liberal, ganhou destaque na política colombiana e passou por diversos cargos políticos (senador, vereador e prefeito de Bogotá, ministro da Educação e do Trabalho), contando com amplo apoio do partido comunista e dos sindicatos petroleiros, do transporte e telecomunicações, além do suporte das classes pobres (Hylton, 2010). Sua postura crítica em relação ao Partido Conservador, juntamente com sua defesa a movimentos de reforma trabalhista e agrária e sua retórica populista, posicionaram-no como um forte candidato à presidência nas eleições de 1950 (Leech, 2011). Em 1948, porém, Gaitán foi assassinado em uma rua de Bogotá. O líder do Partido Liberal encontrou seu fim em um ato violento que desencadeou uma insurgência popular e uma onda de destruição na capital do país, um evento que ficou marcado como o *Bogotazo* (Leech, 2011).

Na capital, depois de surpreender a frágil guarda do Palácio Presidencial, uma grande multidão provinda dos bairros periféricos reuniu-se no centro da cidade [...]. Enquanto os distúrbios continuavam, os saqueadores se apoderavam de alimentos, roupas, mercadorias, ferramentas e ferragens. Incendiaram igrejas e prédios governamentais, assim como o jornal de [Laureano] Gómez [político conservador e presidente da Colômbia entre 1950 e 1951], *El Siglo*. Profissionais e estudantes radicais *gaitanistas* da Universidade Nacional, dirigidos por Gerardo Molina, assumiram os movimentos radicais e fizeram chamados para estabelecer juntas revolucionárias em todo o país [...]. Essa revolta urbana animou as províncias. Depois de 9 de abril, a resistência popular radical, suas organizações e rebeliões em áreas de assentamento recente estabeleceram a crise da república. [...] Apesar dos objetivos serem modestos, a mobilização popular depois de morte de Gaitán foi tão intensa e generalizada que conseguiu "transformar" o "conteúdo reformista" das demandas [por reformas trabalhistas e agrárias] – ou seja, tinha, no contexto colombiano, implicações revolucionárias (Hylton, 2010, p. 73).

Apesar de ter se tornado uma expressão da ira da população, o *Bogotazo* não conseguiu se converter na efetiva tomada do poder por parte dos insurgentes

gaitanistas, uma vez que faltava coesão entre as juntas revolucionárias, bem como liderança, preparação e um programa de autogoverno (Hylton, 2010). A violência que se seguiu ao *Bogotazo* se espalhou por toda a Colômbia, resultando em conflitos em várias partes do território do país, marcando o início de um período sombrio conhecido como *La Violencia*: uma guerra civil entre liberais e conservadores, que resultou em aproximadamente 200.000 mortes. O conflito, entretanto, não se resumiu a batalhas entre os dois grupos dominantes, estendendo-se a confrontos entre as elites oligárquicas e camponeses.

Como forma de resistência, organizaram-se grupos de autodefesa alinhados com o Partido Comunista Colombiano (PCC). Um exemplo notável é o grupo formado no sul do departamento de Tolima, criado por decisão do partido com o objetivo de constituir uma força armada popular. Essa iniciativa visava unificar sindicatos agrários, ligas camponesas, comunidades indígenas organizadas (como as dos Yaguaras e Paeces), grupos políticos *gaitanistas* e células comunistas com tradição de luta (Villamizar, 2017).

O fim de *La Violencia* se deu no momento em que, diante das consequências políticas da crescente violência e das dificuldades do governo de Roberto Urdaneta Arbeláez (o qual ocupou o cargo de Laureano Gómez, que se retirou por problemas de saúde) em lidar com a situação, oficiais militares promoveram um golpe de Estado. Em 1953, o general Gustavo Rojas Pinilla foi alçado à presidência da Colômbia (Gallego, 2010). No entanto, a administração militar de Rojas Pinilla foi rapidamente desafiada pelos grupos políticos tradicionais. Preocupados com o rumo do governo de Pinilla, liberais e conservadores organizaram amplas manifestações que resultaram na sua deposição. Esses grupos estabeleceram então uma fórmula de divisão de poder entre os dois partidos. Assim, em 1957, foi criada a Frente Nacional, que garantiu a rotatividade na presidência e a distribuição equitativa das cadeiras no parlamento colombiano (Gallego, 2010). O arranjo político estabelecido pela Frente Nacional excluía grupos fora do eixo liberal-conservador da participação no processo eleitoral, marginalizando esses atores no sistema político vigente (Gallego, 2010).

Segundo Peña (2010), quatro “guerras” explicam a origem das Farc. A primeira refere-se às perseguições ocorridas no período de *La Violencia* (1948-1951) contra os

grupos de autodefesa comunistas e liberais, organizados no sul de Tolima. A segunda ocorreu durante o governo de Pinilla (1953-1957), na região de Villarica:

Em todo caso, no final de 1955, cerca de cinco mil soldados invadiram a zona, apoiados por aviões da força aérea, que lançaram bombas de *napalm*. Ao número indeterminado de mortos de ambos os lados, deve-se somar mais de cem mil deslocados, centenas de detidos instalados em um campo de concentração localizado em Cunday, onde foram praticados fuzilamentos, castrações e diversos tipos de torturas, incluindo a aplicação de corrente elétrica. Os sobreviventes foram processados e condenados sem que lhes fossem oferecidas as mínimas garantias processuais. Cerca de cinco mil deslocados buscaram refúgio, estabelecendo-se no Alto Sumapaz-Duda, Ariari, Guayabero e El Pato. (Peña, 2010, p. 36, tradução nossa)

A terceira e quarta guerra ocorreram sob o regime da Frente Nacional, nos anos de 1962 e 1964, respectivamente. Mesmo existindo um sistema de divisão de poder, que possibilitava a cooperação entre os partidos anteriormente inimigos, a violência entre o Estado e grupos armados independentes continuava. Cismados com a crescente aparição de grupos guerrilheiros na Colômbia e América Latina em geral, e temendo o crescimento da influência comunista no país, o governo colombiano – com suporte militar estadunidense – procurou garantir que os assentamentos camponeses fossem suprimidos (Pizarro Leónomez, 1991).

As duas guerras citadas por Peña (2010) se referem a diferentes fases da ofensiva contra Marquetalia, que havia se tornado um símbolo do comunismo e um desafio à soberania do Estado. A partir de uma denúncia do político conservador Álvaro Gómez sobre a existência de "repúblicas independentes", toleradas pelo governo, a região foi atacada pela VI Brigada do Exército, envolvendo cerca de 7.000 soldados. Apesar das táticas de guerrilha utilizadas pelos defensores, a operação de 1962 foi suspensa, possivelmente como um ensaio para uma ação maior, que ocorreria dois anos mais tarde. Em maio de 1964, a *Operación Soberanía* foi lançada como parte do *Plan Lazo*, com apoio de oficiais estadunidenses. A ofensiva envolveu milhares de soldados e atacou guerrilheiros e famílias camponesas com metralhadoras, bombardeios indiscriminados e agentes biológicos que causaram doenças cutâneas (Peña, 2010).

Apesar do forte contingente militar, os guerrilheiros instalados na região conseguiram obstruir a entrada das forças armadas, valendo-se de emboscadas e

trincheiras improvisadas, sendo capazes de evacuar sem grandes baixas. A operação contra Marquetalia tornou-se um marco fundador das FARC, devido à desigualdade de forças em confronto e ao relativo sucesso dos guerrilheiros em resistir ao operativo (Peña, 2010; Pizarro Leónomez, 1991).

Durante uma assembleia convocada em julho de 1964, os grupos remanescentes de Marquetalia elaboraram um programa abrangente de reforma agrária e deliberaram pela adoção da estratégia de guerrilha como meio de luta. O referido programa, elaborado em formato de documento composto por sete pontos, desempenhou o papel de manifesto preliminar que antecedeu o estabelecimento oficial das FARC. Sua proposta central era promover uma transformação substancial na estrutura agrária da Colômbia, com o propósito de favorecer camponeses sem terras, colonos e comunidades indígenas. Dentre as diretrizes delineadas estavam a expropriação de terras consideradas improdutivas, a concessão de títulos de propriedade para colonos, a restituição de terras usurpadas de comunidades indígenas e a implementação de políticas de crédito, entre outras medidas relevantes (Peña, 2010). No ano subsequente (1965), a Primeira Conferência Guerrilheira facilitou a união das diferentes guerrilhas com grupos camponeses armados de outras áreas, resultando na formação do Bloco Sul (*Bloque Sur*) (Leech, 2011).

A oficialização das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) ocorreu somente em 1966, na Segunda Conferência Guerrilheira do Bloco Sul. Cerca de 350 combatentes estiveram na conferência, reunindo guerrilheiros sobreviventes de Marquetalia (liderados por Manuel Marulanda Vélez e Jacobo Arenas), guerrilheiros de Riochiquito, membros da autodefesa do Guayabero e do Movimento 26 de Setembro, além de um grupo de Cartagena.

A estratégia definida insistiu na necessidade de adotar a concepção de guerrilha ofensiva, rompendo com a modalidade de autodefesa que caracterizou os conflitos anteriores. Foi afirmado que o processo seria de longo prazo para alcançar o triunfo da revolução e a conquista do poder, e que para isso seria necessário contar com revolucionários profissionais. A conferência debateu a conveniência de adotar um novo nome para o grupo guerrilheiro, um nome que refletisse essa tradição de luta e resumisse os últimos dois anos de guerra de guerrilhas. Por unanimidade, foi adotado o nome de Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, FARC. Manuel Marulanda Vélez foi designado como comandante do Estado-Maior, e Ciro Trujillo, como segundo no comando. (Villamizar, 2017, p. 303-304, tradução nossa)

Todos esses eventos foram fundamentais para a formação dos grupos de guerrilheiros na Colômbia⁶. Esses coletivos solidificaram sua identidade política ao longo do tempo, por meio da consolidação do Bloco Sul, da elaboração do programa de reforma agrária e do estreitamento dos laços com o Partido Comunista Colombiano. Essa trajetória culminou na constituição das FARC-EP, um grupo guerrilheiro que, após mais de meio século de conflito armado, recentemente optou pela desmobilização e integração ao cenário político partidário e eleitoral do país.

2.1.1 Declínio e os últimos anos das FARC

O confronto armado entre as FARC-EP e o Estado colombiano perdurou por mais de cinquenta anos, apresentando uma narrativa complexa. O sociólogo francês Daniel Pécaut (2010) categorizou a história da organização em quatro períodos distintos: (1) um início marcado pela baixa incidência de atividades armadas, entre 1966 e 1980; (2) uma fase subsequente caracterizada pela expansão da entidade, entre 1980 e 1990; (3) um terceiro estágio que testemunhou o ápice ofensivo da guerrilha, dos anos 1990 até 2002; e, por fim, (4) o declínio das FARC-EP a partir do início do século XXI. Revisar toda a trajetória das FARC não está entre os objetivos do presente trabalho e passaremos apenas maneira breve por ela.

Os primeiros anos das FARC (compreendidos entre 1966 e 1980) não foram de grande frequência de atividades militares, promovidas pela organização. O contingente da organização era modesto, sendo que cerca de 900 guerrilheiros compunham os destacamentos das FARC. No aspecto tático, ainda predominava a autodefesa, restrita às regiões mais periféricas e de pouca presença do Estado (Pécaut, 2010).

O segundo período, caracterizado por uma forte expansão da guerrilha (1980-1990), marcou a guinada militar das guerrilhas. Segundo Pécaut (2010), um fator crucial para o fortalecimento das FARC foi o aumento na captação de recursos

⁶ Além das FARC-EP, guerrilhas de destaque como o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), o *Ejército Popular de Liberación* (EPL) e o *Movimiento 19 de Abril* (M-19) (do qual o atual presidente da Colômbia, Gustavo Petro, fez parte).

financeiros. As guerrilhas, em geral, obtinham fundos através de sequestros e extorsões, mas as FARC também recorreram ao lucrativo mercado de drogas. Esse incremento na arrecadação permitiu à organização consolidar sua presença em diversos territórios, especialmente em áreas rurais remotas onde o Estado colombiano tinha pouca ou nenhuma presença, restringindo-se a campanhas militares esporádicas e breves (Leech, 2011). A Sétima Conferência das FARC, realizada em 1982, marcou uma mudança significativa na estratégia militar do grupo. Foi decidido que adotariam uma postura mais ofensiva no conflito, realizando grandes confrontos contra as forças do governo. Além disso, a expansão para novos territórios e a ocupação de cidades de porte médio foram novas diretrizes incorporadas à sua agenda (Leech, 2011).

Esse período é relevante, pois marca a primeira tentativa de desmobilização das FARC e de participação no processo eleitoral. Em 1984, a organização, acompanhada de outros grupos guerrilheiros (M-19 e EPL), assinou um acordo de cessar-fogo junto ao Estado colombiano, durante o governo de Belisario Betancur. Uma vez anistiados, seus membros buscaram ampliar sua participação na política por meios legais, fundando, junto ao Partido Comunista Colombiano, um partido chamado União Patriótica (UP), em 1985. As eleições de 1986 e 1988 demonstraram um sucesso inesperado para a União Patriótica. Em 1986, o partido conseguiu eleger 5 senadores e 9 deputados. Dois anos depois, em 1988, obteve a eleição de 23 prefeitos (Pécaut, 2010).

Junto ao sucesso do recém lançado partido, vieram os graves atentados contra seus membros. Ao longo de cinco anos, a maior parte dos dirigentes e membros da União Patriótica, incluindo militantes locais e nacionais, tanto em áreas urbanas quanto rurais, foi sistematicamente assassinada. Entre as vítimas estavam os dois presidentes do partido, quase todos os seus representantes no Congresso, muitos quadros, sindicalistas, militantes de base e defensores dos direitos humanos. O Partido Comunista, por sua vez, sofreu danos profundos e duradouros. Esse processo de eliminação política continuou mesmo após 1990. Fontes oficiais indicam que o total de vítimas alcança aproximadamente 2.500 (Pécaut, 2010).

O período entre 1990 e 2002 é compreendido por Pécaut (2010) como de ofensiva (tanto do governo colombiano, quanto das FARC). Isso fica evidente na

ofensiva promovida em 1990, pelo governo do presidente César Gaviria contra a cidade de Uribe (onde ficava a sede das FARC). O ataque a Uribe, conduzido durante o governo de Gaviria, assinalou o início da política de segurança adotada por sua administração, conhecida como "guerra integral". Essa abordagem se caracterizou pela aplicação de medidas excepcionais, conferindo amplos poderes ao poder executivo. Além de maiores poderes ao poder executivo, a doutrina da "guerra integral" era marcada pelo fortalecimento do sistema judicial, o controle da divulgação de informações relacionadas à guerrilha e ao narcotráfico, bem como o aumento substancial do orçamento destinado à segurança (Torres, 2006).

A reação das FARC à política de segurança implementada durante o governo de Gaviria foi marcada por uma reformulação estratégica significativa, delineada durante a Oitava Conferência Guerrilheira, realizada em 1993. Nesse contexto, foram adotadas transformações abrangentes, incluindo: a aproximação das operações para as principais áreas urbanas do país, como Bogotá, Cali e Medellín, visando a realização de ataques e confrontos armados próximos a essas cidades estratégicas; o fortalecimento e a consolidação das frentes urbanas, que já estavam em processo de formação; o estabelecimento e a ampliação das milícias urbanas, com o objetivo de criar uma rede de apoio eficaz e robusta dentro dos centros urbanos; no aspecto militar, houve uma mudança de foco para a construção de um exército capaz de infligir derrotas estratégicas e contundentes às forças armadas nacionais (Torres, 2006).

A partir de 1998, no governo de Andrés Pastrana, a atividade das FARC começa a declinar. Foi implementado, durante a gestão de Pastrana, o Plano Colômbia, acordado com os Estados Unidos em 1999. Esse plano almejava: (i) investir em programas sociais destinados às comunidades afetadas pela violência e substituir plantações de cultivos ilícitos; (ii) fornecer assistência técnica e militar dos EUA, com um aporte financeiro de US\$ 1,3 bilhão para combater o narcotráfico; e (iii) contar com a contribuição de países europeus para promover a paz (Villa, Ostos, 2005).

A mudança estratégica adotada pelas forças armadas colombianas, focalizando os ataques nos "centros de gravidade" das FARC, foi outro fator que contribuiu para o início do declínio do grupo guerrilheiro. Essa nova abordagem consistiu em identificar e atacar áreas consideradas cruciais para as FARC, tais como suas unidades, territórios sob seu domínio e fontes de financiamento (Peña, 2013).

A postura agressiva que caracterizou a atuação das FARC no período entre 1990 e 2002 começou a perder força, durante o governo Pastrana. Esse declínio foi resultado do fortalecimento e modernização das Forças Armadas, impulsionado pelo Plano Colômbia, que seria intensificado durante o governo de Álvaro Uribe, além da atuação crescente de grupos paramilitares que confrontavam as forças guerrilheiras (Pécaut, 2010).

Os anos de enfraquecimento da organização, compreendidos por Pécaut (2010) entre 2002 e 2008⁷, correspondem ao período de maiores derrotas militares das FARC. As grandes derrotas em combate se devem à doutrina da "segurança democrática" do presidente Álvaro Uribe Vélez (chefe de governo do país por dois mandatos consecutivos, 2002-2010), que tratava o conflito com os grupos guerrilheiros de modo estritamente militar, com o objetivo de enfraquecer tais organizações e força-las à rendição (Pécaut, 2010). Mais especificamente, a continuidade do Plano Colômbia (que objetivava enfraquecer o narcotráfico e o crime organizado de maneira mais ampla), a realização do Plano Patriota (plano que tinha como objetivo acabar com as FARC) e o aumento nos gastos com as forças de segurança do país, foram fatores decisivos para a extenuação das FARC.

O investimento em poderio militar foi significativo durante o governo Uribe, refletido tanto no aumento do efetivo quanto na aquisição de armamentos mais modernos. A presença das forças de segurança no território se ampliou consideravelmente, acompanhada por melhorias significativas nos serviços de inteligência. No final de 2003, teve início uma nova fase do Plano Colômbia com a implementação do Plano Patriota, direcionado a atacar líderes chave das FARC e seus redutos no sul e leste do país (Pécaut, 2010):

O Plano Patriota foi um plano militar direcionado a desarticular as comunicações, a mobilidade e as finanças das FARC-EP por meio da criação de mais batalhões de alta montanha, da articulação e coordenação das forças armadas, além de uma estratégia para dar golpes contundentes em comandos médios e altos. Isso acabou desequilibrando a confrontação a favor do Estado e facilitou a saída negociada do conflito. (Comisión de la Verdad, n/d, n/p, tradução nossa)

⁷ Podemos estender esse período até 2016, ano que as FARC se desmobilizaram.

Em suma, os principais alvos do Plano Patriota foram regiões historicamente ocupadas pelas FARC, de modo a reduzir sua capacidade de financiamento (que procedia, naquela altura, majoritariamente do narcotráfico), além de reduzir sua capacidade de mobilização. Quantitativamente, o plano contou com cerca de 18.000 soldados, e alcançou os seguintes resultados:

O Plano Patriota fez com que o Exército ocupasse pequenas cidades e aldeias de Guaviare, Caquetá e Meta; e de acordo com as autoridades o controle dos rios Caguán, Guaviare, Guayabero, alto e médio Caquetá, etc. Da mesma forma, a apreensão de toneladas de cocaína, alimentos e suprimentos, algumas aeronaves imobilizadas, "mais de 223.000 hectares de coca erradicados e 2.000 laboratórios destruídos". (Peña, 2013, p. 102, tradução nossa)

As FARC, que em 2002 ocupavam 377 municípios, passaram ter presença em "apenas" 142 cidades. Peña (2013) afirma que as FARC que iniciaram as negociações de paz em 2012 não eram as mesmas FARC que haviam tentado o acordo de paz no passado: eram, dessa vez, um grupo debilitado, que havia sido forçado a retornar às zonas mais distantes. Uma guerrilha que perdeu territórios, combatentes e, no plano político, perdera a proximidade com as massas e era malvista pela opinião pública. Estas condições foram importantes para que a guerrilha aceitasse iniciar as negociações naquele momento.

2.1.2 Assinatura do acordo de paz e desmobilização das FARC

Muito debilitadas devido às derrotas militares e ao pouco apoio político da população, as FARC optaram por se desmobilizar e participar da política por meios legais. Além das derrotas internas, o cenário internacional apresentava um contexto favorável à saída pacífica do conflito armado: os partidos de esquerda latino-americanos, que ganharam tração no início do século XXI, não apoiavam a tomada do poder pela via armada (Pizarro Leóngomez, 2017). Desse modo, diversos países e organizações internacionais apoiaram amplamente uma solução pacífica para o conflito no país andino. Em 2012, no governo do liberal Juan Manuel Santos, os diálogos de paz entre o Estado colombiano e as FARC se iniciaram.

É interessante observar o papel desempenhado por atores internacionais ao longo das negociações. Primeiramente, fora estabelecido que as negociações ocorreriam fora do território colombiano: as tratativas aconteceram em Oslo (Noruega) e Havana (Cuba). Venezuela e Chile acompanharam as tratativas, enquanto Noruega e Cuba foram os países garantes⁸. Henriques (2014) defende que a escolha da Noruega se deu em razão de seu vasto repertório diplomático e acadêmico em relação à paz, e de seu significativo histórico em processos de mediação e facilitação de conflitos. Venezuela e Cuba foram "selecionados" em razão de serem governos socialistas, além de Cuba ter financiado, segundo Henriques (2014), guerrilhas colombianas, possuindo laços ainda mais próximos com as FARC. O Chile foi escolhido por presidir a CELAC e ser um país de confiança do presidente Santos (Henriques, 2014).

A Organização das Nações Unidas teve maior relevância no contexto pós-conflito, auxiliando o processo de desmobilização e reintegração dos ex-combatentes das FARC e monitorando a implementação dos pontos do acordo. A União Europeia também se destacou no momento de implementação dos acordos, financiando projetos de desenvolvimento rural e reforma agrária, projetos de reintegração de ex-combatentes e suporte técnico aos mecanismos de justiça de transição, aos dispositivos de desmantelamento do crime organizado e de defesa dos direitos humanos (Armiño, 2023).

Em 24 de agosto de 2016, as FARC e o Estado colombiano firmaram o acordo em uma cerimônia conduzida por Ban Ki-moon, Secretário-Geral das Nações Unidas à época. O presidente Santos optou pela submissão do documento a um plebiscito. Os resultados do escrutínio público mostraram uma grande polarização na opinião pública: 50,2% dos votos foram contra o acordo nas condições propostas, enquanto 49,8% foram a favor.

A reação popular pressionou os atores a realizarem mudanças no texto original do acordo. Cerca de 400 alterações foram realizadas, acomodando interesses e demandas das outras partes interessadas. O documento reformulado foi rapidamente

⁸ Os países garantes asseguram o cumprimento dos termos acordados, a fim de garantir a credibilidade do processo e assegurar a confiança entre as partes. Esses atores garantem a segurança do processo, acompanham e monitoram os acordos (Fisas, 2013).

aprovado em ambas as casas legislativas, onde o governo detinha uma coalizão majoritária, nas datas de 29 e 30 de novembro de 2016. Santos, diferentemente da abordagem anterior, encaminhou o acordo para votação direta na Câmara e no Senado, sem recorrer a uma nova consulta popular (Pizarro Leóngomez, 2017).

O *Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable e Duradera* delineou seis principais pontos a serem implementados durante a transição das FARC-EP e o processo de encerramento pacífico do conflito. Estudos mais detalhados (Melo, 2016; Ríos, 2017) analisam cada um desses pontos, os quais citaremos de forma resumida: (1) *Reforma Rural Integral*: Prevê a redistribuição de terras a partir de um fundo governamental e a implementação de políticas econômicas; (2) *Ampliação da Participação Política*: Facilita a abertura democrática, garantindo mecanismos para a oposição política e a formação de um partido político pelas FARC; (3) *Fim do Conflito*: Estabelece a criação de zonas de transição para os ex-combatentes, bem como a entrega de armamentos às Nações Unidas, além de garantias para a formação de um partido político derivado da organização guerrilheira; (4) *Solução para o Problema das Drogas Ilícitas*: Propõe soluções para a substituição dos cultivos ilícitos, um dos pilares financeiros dos grupos armados; (5) *Acordo sobre as Vítimas do Conflito*: Aborda a justiça de transição, criação de uma comissão da verdade, ressarcimento das vítimas e anistia para ex-guerrilheiros; e (6) *Verificação e Implementação do Acordo*: Cria um mecanismo de verificação da realização das políticas públicas propostas pelo acordo de paz. Estabelecendo uma comissão de verificação que envolve países como Cuba, Noruega, Venezuela e Chile, além do Instituto Kroc da Universidade de Notre Dame (EUA). Prevê também uma missão política das Nações Unidas para monitorar o progresso da implementação dos termos acordados (Ríos, 2017).

Como resultado da transição política, as FARC-EP se transformaram em um partido político, buscando participar legalmente do cenário político-eleitoral colombiano. Inicialmente, o grupo manteve a sigla FARC, adotando o nome *Fuerza Alternativa Revolucionária del Común*. O partido garantiu cinco vagas em cada uma das casas legislativas⁹ (totalizando 10 vagas) devido aos termos estabelecidos no

⁹ Câmara de Representantes da Colômbia e Senado.

acordo de paz¹⁰. Em 2021, os membros do partido decidiram mudar seu nome para *Comunes*. No mais, o partido Comunes não alcançou, até o momento, grande expressão dentro do cenário democrático colombiano: concorreu a 16 prefeituras¹¹, nas eleições regionais de 2019, vencendo em 1 município¹² (em coligação com Colombia Humana, União Patriótica e MAIS) (Ortiz, 2019).

2.2 Missões Políticas Especiais

As Missões Políticas Especiais (*Special Political Missions*) são missões de campo implementadas por uma organização internacional. A maioria das missões políticas levadas a cabo pela ONU são autorizadas pelo Conselho de Segurança ou pela Assembleia Geral, com algumas exceções instituídas pelo Secretário-Geral, sob a anuência do Conselho de Segurança¹³. Ter o endosso de uma organização internacional multilateral e de adesão universal é a principal fonte de influência e autoridade das missões políticas, garantindo a elas a capacidade de desempenhar atividades diplomáticas (Johnstone, 2010; Kugel, 2011).

Segundo Gowan (2011), o quadro dessas operações é majoritariamente composto por civis, de modo a reunir oficiais internacionais e *experts*. O mandato dessas operações possui, como característica central, o aspecto “político” no sentido estrito de bons ofícios¹⁴, mediação, facilitação e supervisão política, mesmo que também desempenhem uma série de outras funções que contribuem para um processo de paz mais amplo” (Johnstone, 2010, p. 3, tradução nossa). Além disso, tais missões operam no nível nacional e internacional, e podem intervir em diferentes

¹⁰ Por dois ciclos eleitorais (2018-2022 e 2022-2026).

¹¹ Tanto de forma independente quanto em coligação.

¹² Município de Guapí, no departamento de Cauca.

¹³ Centro Regional da ONU para a Diplomacia Preventiva da Ásia Central (UNRCCA, em sua sigla em inglês) (ONU, s.d.). <https://unrcca.unmissions.org/background>

¹⁴ A versão original utiliza o termo “*good offices*”, empregado pela ONU de maneira bastante vaga. Segundo Johnstone (2010, p. 16, tradução nossa): “Originalmente aplicado ao papel do Secretário-Geral, [o termo bons ofícios] conota tudo o que a ONU pode fazer de natureza diplomática para ajudar a prevenir, gerir ou resolver conflitos. Abrange apuração de fatos [*fact-finding*] e investigação; contatos informais e consultas com as partes em litígio; ação diplomática rápida para evitar a escalada de um conflito; declarações públicas destinadas a expressar preocupação internacional ou a persuadir as partes ao diálogo; bem como mediação formal e conciliação”.

ciclos do conflito: antes (tentando preveni-los), durante e após os conflitos (em processos de implementação de paz) (Johnstone, 2010).

Johnstone (2010) identifica os princípios que orientam as missões especiais, sendo eles: (i) a existência de mandatos implícitos (que não necessariamente precisam ser escritos no mandato da missão) que permitem sucesso em suas tarefas, sendo eles, centralmente, os bons ofícios, coordenação e o engajamento com *stakeholders* chaves¹⁵; (ii) a instrumentalização da política para a obtenção de múltiplos fins, sendo eles a paz sustentável, a justiça transicional, a reconstrução econômica, etc.; (iii) o princípio da imparcialidade¹⁶ em relação às partes e a concordância com as normas internacionais são essenciais para se adquirir a confiança dos envolvidos; (iv) engajamento inclusivo com todas as partes interessadas: partidos políticos, atores nacionais influentes, e atores internacionais; (v) integridade, no sentido de defender os valores da própria organização internacional e do direito internacional (por exemplo, negociando com alegados violadores dos direitos humanos quando necessário, mas sem endossar acordos de anistia para os crimes mais flagrantes). Integridade, também, no sentido de uma abordagem integrada, garantindo a unidade de propósitos e uma estratégia compartilhada entre atores de diversas searas (Johnstone, 2010).

Por desempenhar um amplo leque de atividades, a definição de quais iniciativas se enquadram sob o conceito de "missão política" é ambígua, com algumas variações em diferentes trabalhos. Clayton, Dorussen e Böhmelt (2020) identificam, a partir das categorias orçamentárias da ONU, quatro macro-conjuntos de iniciativas de paz: (i) iniciativas diplomáticas (enviados especiais, conselheiros e representantes do Secretário-Geral e mediadores); (ii) iniciativas tecnocráticas (equipes de monitoramento de sanções, grupos, comitês e painéis de especialistas); (iii) missões de desenvolvimento político ou de construção da paz (escritórios regionais, escritórios de apoio a processos políticos, missões de campo); e (iv) operações de manutenção da paz (missões com maior contingente militar). De acordo com os autores, as

¹⁵ Conforme Johnstone (2010, p. 23-24, tradução nossa): "Uma missão política não poderia ter sucesso em nenhuma das tarefas enumeradas a menos que se entenda ter pelo menos os seguintes poderes, independentemente de terem sido expressamente conferidos no mandato: bons ofícios, coordenação e envolvimento com as principais partes interessadas".

¹⁶ A missão não pode ser vista como ferramenta a serviço de interesses de nenhuma parte do conflito ou de qualquer ator externo (Johnstone, 2010).

iniciativas diplomáticas, tecnocráticas e missões de desenvolvimento político ou de construção da paz se inserem no grupo das missões políticas especiais (Clayton, Dorussen, Böhmelt, 2020).

O trabalho de Maekawa (2022), por outro lado, apresenta algumas variações de ordem conceitual. A autora define missões políticas da ONU como “‘missões políticas especiais’ e outras formas de presença política abrangidas pelo Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz (DPPA) da ONU” (Maekawa, 2022, p. 2, tradução nossa), além de incluir enviados e conselheiros especiais.

O Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz é um departamento da ONU voltado para a prevenção e resolução de conflitos violentos. As atividades do departamento são centradas em cinco áreas relacionadas à paz e à segurança, atuando a fim de: (i) garantir uma análise sólida e um alerta precoce das ameaças à segurança internacional; (ii) prevenir conflitos e envolver-se nos processos de pacificação; (iii) gerenciar crises políticas e conflitos violentos; (iv) sustentar a paz; (v) fortalecer parcerias¹⁷ (ONU, n/d). Essa definição exclui as iniciativas tecnocráticas¹⁸ do bojo das missões políticas da ONU, não considerando em sua análise, por exemplo, o Painel de Especialistas sobre a Coreia do Norte, organizado em resposta à ameaça nuclear na península coreana (Clayton, Dorussen, Böhmelt, 2020).

Kugel (2011) distingue quatro tipos de operações que se enquadram na categoria de missões políticas. As *governance assistance missions* são missões de grande escala e destaque, desenhadas para trabalhar em cooperação com governos a fim de fortalecer setores críticos, como segurança, governança, desenvolvimento econômico e cooperação regional. A autora cita as missões no Afeganistão e Iraque como exemplos de suporte ao processo eleitoral e facilitação do diálogo dos governos com outros atores.

¹⁷ <https://dppa.un.org/en/what-we-do>

¹⁸ As iniciativas de caráter tecnocrático geralmente são *home-based*, ou seja, seus profissionais trabalham a partir da sede da ONU em Nova Iorque (EUA). São compostas por peritos econômicos e profissionais especializados no país de interesse. Hoje em dia, as missões tecnocráticas fornecem informações e aconselham, principalmente, o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral e o Secretário-Geral em temas relacionados a sanções e violações dos direitos humanos (Clayton, Dorussen, Böhmelt, 2020).

O segundo conjunto compreende as *missões em apoio a processos de paz* (*missions in support of peace processes*), cujas funções primordiais são a assistência à implementação de processos de paz e suporte à promoção da paz, e sustentabilidade de modo geral. A amplitude dessas missões varia entre média e pequena escala. Exemplos de Missões em apoio a processos de paz incluem o *UN Political Office for Somalia* (encerrado em 2013) e o *UN Special Coordinator Office for the Middle East Peace Process* (Kugel, 2011). Sobre as atividades de monitoramento desse tipo de operação:

Às tarefas diplomáticas e consultivas das missões, pode ser associada a responsabilidade de monitorar o cumprimento, por parte dos atores nacionais, dos termos de um acordo de paz, das normas de direitos humanos ou das obrigações democráticas. (Gowan, 2011, p. 3, tradução nossa)

A terceira categoria abrange os *escritórios de construção de paz* (*peacebuilding offices*), que são implementados em países que concluíram acordos de paz e entraram no estágio de pós-conflito, com objetivo de ajudar os países nos esforços de consolidação da paz, geralmente coordenando estratégias humanitárias e de desenvolvimento, levadas a cabo pelas múltiplas agências da ONU (Kugel, 2011).

Por fim, os *escritórios regionais* (*regional offices*) são missões que tratam de assuntos de segurança transfronteiriços (como o tráfico de drogas e o crime organizado), além de exercer a chamada diplomacia preventiva, visando ajudar os países da região a encontrar soluções para problemas que podem desencadear conflitos de maior amplitude (tanto em âmbito nacional, quanto internacional) (Kugel, 2011). Em relação à diplomacia preventiva, Gowan (2011) aponta que as missões políticas especiais podem atuar em quatro fases do conflito: (i) nas situações de tensão latente, onde as potenciais causas do conflito são identificáveis; (ii) em momentos de crescente tensão, em que a violência começa a se espalhar e o conflito emergir; (iii) o momento anterior à irrupção do conflito (*pre-rubicon*), em que as partes estão prestes a decidir em iniciar ou não uma guerra; e (iv) o momento após a tensão (*post-rubicon*), quando as partes podem ter decidido engajar-se em um conflito violento ou estabeleceram um acordo frágil, que requer alguma sustentação. Pode-se citar o Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental como exemplo de atuação

para a diminuição da violência estatal na Guiné, antes da manifestação de uma guerra de maior escala (Kugel, 2011).

As missões políticas têm sido um instrumento cada vez mais utilizado pelas Nações Unidas, sua implementação tendo aumentado expressivamente a partir da década de 1990 (Figura 1), sendo utilizadas, em diversos casos, como parte da estratégia de manter a presença da organização internacional no país assistido, substituindo a presença de militares após a retirada das operações de manutenção de paz (Maekawa, 2022). Essa tática foi empregada na Somália quando, após a retirada da Operação das Nações Unidas na Somália II (*UNOSOM II*), em 1995, foi aberto o Escritório das Nações Unidas na Somália (*UN Political Office for Somalia*), a fim de monitorar os desenvolvimentos políticos e facilitar a comunicação com atores relevantes dentro do país (Maekawa, 2022). Em outro caso mais recente, no Sudão, o mandato da Operação Híbrida da União Africana e das Nações Unidas em Darfur (*UNAMID*) foi encerrado em dezembro de 2020. Antes da retirada da operação, em junho de 2019, foi iniciada a Missão Integrada das Nações Unidas para a Transição no Sudão (*UNITAMS*), que ficou encarregada de ajudar em tarefas de proteção aos direitos humanos, de fornecer apoio durante as negociações de paz e suporte à implementação desses acordos, além da assistência técnica na redação de uma constituição nacional para o país (ONU, 2020a).

Para os fins almejados pelo presente trabalho, que objetiva analisar as duas missões políticas da ONU na Colômbia, consideraremos a definição de Johnstone (2011) e Maekawa (2022), uma vez que a missão levada a cabo no país é encabeçada pelo Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz (DPPA) da ONU, seu contingente possui maioria civil e as tarefas realizadas possuem, primariamente, um caráter político, “no sentido estrito de bons ofícios, mediação, facilitação e supervisão política, mesmo que também desempenhem uma série de outras funções que contribuem para um processo de paz mais amplo” (Johnstone, 2010, p. 3, tradução nossa).

2.2.1 Civis em iniciativas de paz e a crescente recorrência de missões políticas

A participação de civis em operações de manutenção de paz da ONU¹⁹ ganhou força com o advento das missões de paz multidimensionais, a partir do fim da Guerra Fria (1945-1991). Enquanto as missões de paz tradicionais buscavam promover o cessar-fogo, tréguas ou armistícios, patrulhar fronteiras e zonas desmilitarizadas, apoiar a retirada de tropas e acompanhar a negociação e assinatura de tratados de paz, as missões multidimensionais passaram a incluir em seu rol de tarefas, além das atividades citadas, a ajuda humanitária, o monitoramento dos direitos humanos, apoio às eleições e aos governos, além de outros empreendimentos (Aguilar, 2017).

De acordo com Coleman (2020), os civis fornecem três grandes contribuições para as operações de manutenção de paz da ONU. Em primeiro lugar, civis ocupam cargos de liderança, mais especificamente na direção executiva e gerenciamento das operações (entre 2017 e 2018, 6% dos trabalhadores civis pertenciam a essa área). Em segundo lugar, os civis participam em todas as tarefas essenciais da missão (entre 2017 e 2018, 20% dos funcionários civis se enquadravam nessa categoria):

Estes desempenham uma variedade de papéis nos esforços da ONU para proteger os civis e melhorar a segurança no Estado anfitrião, por vezes complementando o trabalho do pessoal uniformizado (por exemplo, pessoal internacional e voluntários da ONU que trabalham no Desarmamento, Desmobilização e Reintegração) [...]. Além disso, os civis assumem a responsabilidade primária e muitas vezes exclusiva por tarefas políticas críticas, como o apoio aos processos de paz e reconciliação no país anfitrião, a promoção do Estado de direito e a prestação de assistência aos processos eleitorais. (Coleman, 2020, p. 6, tradução nossa)

Por fim, o restante dos civis empregados em operações de *peacekeeping* atuam na área administrativa e de apoio à missão (que incluem tarefas relacionadas a transporte, orçamento e financiamento, compras, segurança, tecnologia da informação e recursos humanos. A maioria do contingente civil (76%) empregado em missões de manutenção da paz atua nessa área (Coleman, 2020).

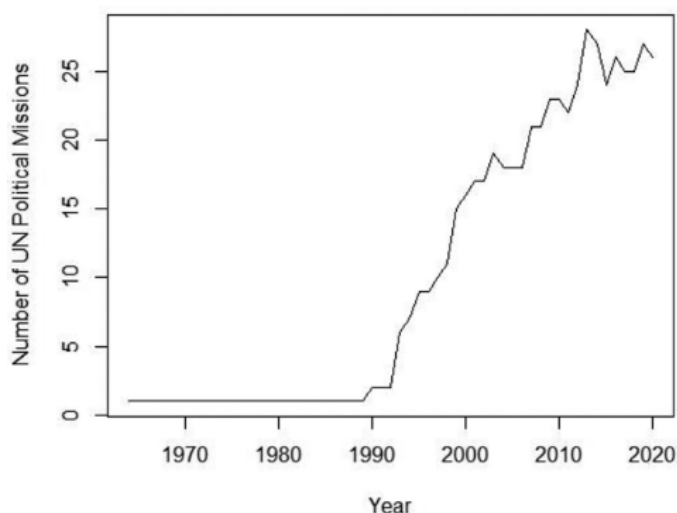
Nota-se que, a partir do fim da década de 1990 e dos anos 2000, componentes não-militares começaram a ganhar maior preponderância dentro do escopo das iniciativas de paz das Nações Unidas. Isso também se traduz em uma tendência

¹⁹ Missões de manutenção de paz (ou *peacekeeping operations*) são "intervenções imparciais e baseadas no consentimento, com capacidade militar limitada" (Dorussen, 2022, p. 1, tradução nossa).

crescente de realização de missões políticas especiais, de maioria civil e de caráter político, em alternativa às tradicionais operações militares de manutenção da paz.

Segundo Maekawa (2022), existe uma tendência de substituição das missões de *peacekeeping* por missões políticas: as últimas foram implementadas em 26,4% dos países que sofreram com guerras internas, entre os anos de 1946 e 2019, sendo que mais de 52% delas foram antecedidas por operações de manutenção de paz.

Figura 4 - Número de missões políticas da ONU por década



Fonte: Maekawa, 2022.

Alguns trabalhos tentam explicar as motivações por trás da preferência por missões políticas em determinados contextos (Dorussen, Böhmelt, Clayton, 2022; Maekawa, 2022). Dorussen, Böhmelt e Clayton (2022) identificam três fatores (ou custos) que influenciam a instauração de missões da ONU: (i) o processo de autorização; (ii) o financiamento e o fornecimento de pessoal²⁰; e (iii) o consentimento das partes beligerantes.

Segundo Dorussen, Böhmelt e Clayton (2022), os custos de autorização são menores para as missões políticas, uma vez que sua realização depende da

²⁰ Que tendem a ser mais custosos em missões de *peacekeeping* do que em missões políticas (Dorussen, Böhmelt, Clayton, 2022).

aprovação da Assembleia Geral, enquanto as operações de *peacekeeping* dependem da autorização do Conselho de Segurança:

Embora as missões políticas possam ser autorizadas com relativa facilidade para uma série de questões, a ameaça deve ser suficientemente elevada para inflamar e unir os membros permanentes do Conselho de Segurança sem interferir nos seus interesses fundamentais para que a manutenção da paz seja implementada. (Dorussen, Böhmelt, Clayton, 2022, p. 30, tradução nossa)

Quanto ao problema do consentimento das partes, as missões políticas tendem a respeitar, de maneira mais evidente, a autonomia das partes inseridas no conflito, em especial a soberania do governo envolvido. Este tipo de empreendimento não obriga os beligerantes a mudarem seu comportamento através do uso da força, tornando os custos políticos menores para o país que recebe a missão política. Por outro lado, aceitar uma operação de manutenção de paz requer que o Estado anfitrião aceite a entrada de uma força externa em seu território, o que constitui um sério constrangimento à soberania nacional (Dorussen, Böhmelt, Clayton, 2022).

Dorussen, Böhmelt e Clayton (2022) concluem, de modo geral, que as missões políticas (categorizadas como diplomáticas, tecnocráticas e de desenvolvimento político) são menos custosas que as operações de manutenção da paz, levando em consideração os custos relacionados à autorização, financiamento e fornecimento de pessoal e de consentimento entre as partes. A implementação de um modelo de missão mais ou menos custoso varia de acordo com os potenciais benefícios de uma missão, em relação ao contexto que se apresenta. Não intervir pode revelar-se a opção mais dispendiosa. Os autores também descobriram que missões políticas tendem a ser iniciadas em locais onde o conflito ainda não escalou, e as chances são maiores de serem implementadas conforme mais tempo tiver decorrido desde o último combate. Missões de *peacekeeping*, por outro lado, têm mais chance de ocorrer em países que não possuem um histórico conflitivo (Dorussen, Böhmelt, Clayton, 2022).

Maekawa (2022) busca compreender quais condições favorecem a substituição de operações ativas de *peacekeeping* por missões políticas da ONU. Valendo-se de testes estatísticos, a pesquisadora conclui que, quando as partes em conflito assinam um acordo de paz, a substituição das missões de *peacekeeping*, que estavam em

campo, por missões políticas, é mais provável. Assinaturas de acordos de paz representam o desejo das partes de resolver o conflito de maneira política, sendo um instrumento para a solução de incompatibilidades.

Durante a última fase de implementação dos acordos de paz, aumentam as exigências para que o pessoal civil das missões políticas da ONU se envolva em reformas políticas e eleitorais. Quando surgem objetivos civis, o pessoal militar pode ser rejeitado. (Maekawa, 2022, p. 9, tradução nossa)

Outro fator que influencia a substituição de operações de manutenção da paz por missões políticas são os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas em relação ao país alvo da intervenção: caso as preferências do P5²¹ sejam heterogêneas, a possibilidade de missões de *peacekeeping* serem substituídas por missões políticas é maior (Maekawa, 2022). O poder de veto, dos países do P5, sobre as resoluções do Conselho de Segurança, torna difícil a implementação de operações de manutenção da paz em situações onde os membros do P5 possuem interesses conflitivos em relação ao país assistido, impondo uma dificuldade à realização desse tipo de empreendimento.

Nesses casos, as missões políticas civis de menor escala surgem como uma alternativa menos dispendiosa, em termos financeiros²² e políticos, de modo a garantir que os membros do P5 mantenham sua posição de neutralidade militar no conflito, mas que o Conselho de Segurança continue a exercer sua função de servir bens públicos (Maekawa, 2022).

Pode-se concluir, a partir da revisão da recente literatura no campo dos Estudos de Paz, que a implementação de missões políticas especiais tem se tornado mais frequente no âmbito da ONU. Isso ocorre porque, no sentido mais amplo, esses instrumentos possuem custos (financeiros e políticos) menores em relação às

²¹ O termo P5 faz referência aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU que possuem poder de veto no processo decisório do órgão: China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia.

²² Conforme Maekawa (2022, p. 12, tradução nossa): "Em comparação com as operações de *peacekeeping*, as missões políticas são financiadas pelo orçamento regular da ONU [...]. De acordo com um relatório da Assembleia Geral, o total de recursos propostos para as 37 *political missions* para 2020 totalizaram US\$ 6,44 bilhões. Isso rende, em média, 174 milhões de dólares por missão. Por outro lado, o orçamento aprovado para 13 operações de *peacekeeping*, de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020, foi de US\$ 6,51 bilhões. Isso rende, em média, 500 milhões de dólares por operação".

tradicionais e largamente estudadas operações de manutenção da paz. No âmbito político, por poderem ser implementadas a partir de decisão da Assembleia Geral, sua realização não dependendo, portanto, de superar o truncado processo decisório do Conselho de Segurança (facilmente travado pelo veto de qualquer membro do P5).

Os custos financeiros também são relevantes, tendo em vista que as missões políticas tendem a ser mais econômicas que as militares, possibilitando a assistência da instituição em mais países e economia de recursos. Por fim, missões políticas respeitam, de maneira mais clara, a soberania e autonomia dos países assistidos, facilitando sua aceitação pelas partes em combate. Em casos onde já existem operações de manutenção de paz atuando, a assinatura de um acordo de paz entre os adversários abre caminho para a substituição das primeiras por missões civis.

2.2.2 Missões Políticas da ONU na Colômbia

As missões políticas da ONU na Colômbia foram solicitadas por ambas as partes do acordo de paz firmado entre as FARC-EP e o governo colombiano. Os signatários concordaram em solicitar o auxílio da Organização das Nações Unidas para a execução de tarefas relacionadas à desmobilização da guerrilha e suporte técnico no processo de entrega das armas (*dejación de las armas*) e na gestão do Mecanismo de Monitoramento e Verificação (MM&V). A missão da ONU, de acordo com o documento, seria responsável por coordenar o dispositivo em todos os níveis, fazer recomendações, elaborar relatórios e resolver controvérsias entre os signatários do acordo (FARC-EP, Presidencia de la República de Colombia, 2016). Para fornecer esse suporte, duas missões distintas foram estabelecidas no país. A primeira missão iniciou suas atividades no segundo semestre de 2016 e as concluiu em setembro de 2017 (ONU, 2017a). A segunda missão começou a operar em setembro de 2017 e permanece ativa até o presente momento (ONU, 2017b).

A *Missão das Nações Unidas na Colômbia*, nome da primeira missão, foi estabelecida através da Resolução 2.261/2016, aprovada por unanimidade²³ na 7.609ª reunião do Conselho de Segurança da ONU. Entre suas responsabilidades de

²³ Os países votantes foram: Angola, China, Egito, França, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Rússia, Senegal, Espanha, Ucrânia, Reino Unido, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela.

monitoramento, a ONU foi encarregada de observar, em conjunto com o *Mecanismo de Monitoramento e Verificação* (MM&V), o traslado dos membros das FARC-EP até as Zonas Veredais Transitórias de Normalização (ZVTN) e os Pontos Transitórios de Normalização (PTN), além de investigar incidentes e violações ao cessar-fogo. As ZVTN e PTN eram locais onde os membros das FARC-EP se concentravam para entregar as armas (ONU, 2016). A ONU também acompanhou a entrega dos armamentos e verificou a destruição de depósitos de materiais de alto risco, como bombas, minas e morteiros (ONU, 2017a).

A segunda missão da ONU, denominada *Missão de Verificação da ONU na Colômbia*, iniciou suas atividades em setembro de 2017, autorizada pela resolução 2.377/2017, aprovada de forma unânime²⁴ durante o 8.049º encontro do Conselho de Segurança da ONU. A missão iniciou um dia após o término da primeira e permanece ativa até hoje. Esta missão de verificação foi criada para monitorar o cumprimento dos pontos 3.2 e 3.4 do Acordo de Paz entre as FARC-EP e o governo colombiano (que tratam da reincorporação dos membros das FARC-EP à vida civil, além de garantir a segurança e combater organizações e atividades criminosas) (ONU, n/d).

Pouco se estudou sobre as missões políticas da ONU na Colômbia, muito devido ao caráter recente do tema em questão, que possui apenas uma pequena quantidade de materiais acadêmicos e científicos, publicados acerca do tema²⁵.

Díaz Galán (2021) realizou uma análise do acordo de paz colombiano e concluiu que a responsabilidade pelo processo de consolidação da paz recai principalmente sobre o Estado, que deve implementar as medidas previstas no documento. Às organizações internacionais, especialmente a ONU, são atribuídas tarefas secundárias, limitadas pelo mandato do Conselho de Segurança e, em particular, pelo texto do acordo de paz.

²⁴ Os países votantes foram: Bolívia, China, Egito, Etiópia, França, Itália, Japão, Cazaquistão, Rússia, Senegal, Suécia, Ucrânia, Reino Unido, Estados Unidos e Uruguai.

²⁵ Um indicador da escassez de materiais em torno do tema é o baixo número de textos relacionados ao assunto na base de dados *Scielo*: utilizando-se os termos "Naciones Unidas" e "Colômbia", conectados pelo operador booleano "AND", foram encontrados apenas dois artigos que abordavam diretamente o objeto em questão (as missões da Organização das Nações Unidas no pós-conflito colombiano), publicados a partir de 2016. Na plataforma *Dialnet*, outra indexadora de textos científicos em língua espanhola, foram encontrados apenas três textos correspondentes à pesquisa "misión Naciones Unidas Colombia".

Galindo-García e Aristizábal-Murillo (2021) avaliam a efetividade das ações da ONU em lidar com problemas de segurança na Colômbia e citam as missões da organização no contexto pós-conflito colombiano para afirmar que o suporte dessa organização internacional pode contribuir significativamente para a solução dos problemas de segurança relacionados à limitada presença do Estado em determinadas regiões colombianas.

Barchino (2021) realizou breve descrição dos eventos relacionados ao conflito colombiano, passando pelo processo de paz e o cenário pós-conflito, incluindo neste as missões da ONU. Por fim, Rubiella Romañach (2018a) executa um trabalho descritivo a respeito do funcionamento das duas missões da ONU na Colômbia e seus resultados e da participação de funcionários espanhóis nos processos que se sucederam à assinatura do acordo de paz (2018b).

O presente trabalho tenta contribuir para esse corpo de literatura, realizando um estudo de caso baseado no conceito de *paz positiva*, de Johan Galtung (1969), a partir de um estudo do caso colombiano, a fim de verificar se as operações de paz da ONU contribuem apenas para uma *paz negativa* (baseada apenas na eliminação da violência direta), ou se suas atividades procuram promover uma *paz positiva* (alicerçada na construção de uma sociedade livre das violências estruturais).

3. AS MISSÕES DA ONU NA COLÔMBIA

O presente capítulo apresenta os dados coletados através da leitura dos relatórios disponíveis nos sítios das missões da ONU na Colômbia²⁶²⁷. Além dos relatórios, também foram utilizados dados disponíveis em artigos e textos acadêmicos disponíveis em acesso aberto. A análise é apresentada após a exposição dos dados de cada missão, de modo separado.

3.1 Primeira missão: Missão das Nações Unidas na Colômbia (2016-2017)

A "Missão das Nações Unidas na Colômbia" (MNUC), como fora nomeada a primeira missão, foi estabelecida através da Resolução 2261 (2016), emitida pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Dentro de suas responsabilidades de monitoramento, a ONU foi encarregada de observar – em conjunto com o Mecanismo de Monitoramento e Verificação – o traslado dos membros das FARC-EP até as Zonas Veredais Transitórias de Normalização (ZVTN) e os Pontos Transitórios de Normalização (PTN)²⁸, bem como de investigar incidentes ocorridos e violações ao cessar-fogo. As ZVTN e PTN foram locais onde os membros das FARC-EP se concentraram e realizaram a entrega de armas (ONU, 2016a). Além de acompanhar o movimento dos guerrilheiros até os locais definidos, foi atribuída à ONU a tarefa de acompanhar a entrega de armamentos e verificar a destruição dos depósitos de materiais de alto risco (bombas, minas, morteiros, etc.) (ONU, 2017d).

A Missão das Nações Unidas na Colômbia foi oficialmente estabelecida a partir da Resolução 2261 (2016) do Conselho de Segurança da ONU, por um período de 12 meses, de modo a atuar como componente internacional e coordenador do mecanismo tripartite de verificação do cessar-fogo e das hostilidades (mecanismo que incluía representantes do governo colombiano e das FARC). As atividades de monitoramento e verificação iniciaram a partir da assinatura do acordo de paz pelos

²⁶ Os relatórios da Missão das Nações Unidas na Colômbia (primeira missão) foram coletados no site oficial da organização: <https://unmc.unmissions.org/en>.

²⁷ Os relatórios da Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia (segunda missão) foram coletados no site oficial da organização: <https://colombia.unmissions.org/en>.

²⁸ As Zonas Veredais Transitórias de Normalização (ZVTN) e os Pontos Transitórios de Normalização (PTN) foram os locais onde ocorreram os processos de entrega de armas, desmobilização e o início das atividades de reintegração dos ex-membros das FARC-EP.

dois atores (Colômbia e FARC), mas sua preparação teve início anterior a esse evento. O Conselho de Segurança estabeleceu, por meio da Resolução 2261, que:

[...] a Missão será uma missão política de observadores internacionais desarmados, responsável pelo monitoramento e verificação da deposição das armas, e parte do mecanismo tripartite que monitorará e verificará o cessar-fogo bilateral definitivo e a cessação das hostilidades, consistente com o Comunicado Conjunto, iniciando todas as atividades de monitoramento e verificação, que começarão no período de 12 meses, após a assinatura do Acordo Final de Paz entre o Governo da Colômbia e as FARC-EP. (ONU, 2016a, p. 2, tradução nossa)

Figura 5 - Zonas e Pontos de transição



Fonte: ONU, s/d

De modo geral, a organização internacional ficou responsável por coordenar as sedes nacionais, regionais e locais de um mecanismo tripartite de monitoramento e verificação com a participação do governo, das FARC-EP e das Nações Unidas, que monitoraram e verificaram a implementação do cessar-fogo e da cessação das hostilidades.

3.1.1 Principais responsabilidades

3.1.1.1 Verificação da entrega de armas

A primeira missão da ONU foi responsável por acompanhar a entrega de armas, por parte dos membros das FARC, o que exigiu seu engajamento em diversas atividades sobrepostas. De modo mais amplo, cinco tarefas substanciais foram realizadas pela missão.

Primeiramente, a organização ficou encarregada de verificar a coleta, pelas FARC-EP, de armas coletivas, granadas e munições, e seu transporte para os acampamentos onde ocorreria a transição dos guerrilheiros. Essa tarefa deveria ser concluída dentro de 30 dias a partir da entrada em vigor do Acordo (ONU, 2016b).

A segunda tarefa consistiu em verificar a destruição, por parte das FARC-EP, de armas instáveis (que deveria ocorrer nas áreas onde os membros da guerrilha estavam originalmente posicionados, anteriormente à movimentação das tropas para as zonas de transição), exigindo a atuação de observadores desarmados com a expertise apropriada para esse tipo de atividade. Essa tarefa deveria ser finalizada dentro de 60 dias, contando a partir da entrada em vigor do Acordo (ONU, 2016b).

A terceira atividade corresponde ao monitoramento de armas individuais e coletivas carregadas por membros das FARC e levadas para os acampamentos, dentro das zonas de transição. Observadores permanentes da Missão, baseados dentro dos acampamentos, ficaram encarregados disso (ONU, 2016b).

Além disso, a missão foi encarregada de receber armas individuais e coletivas, granadas e munições, entregues por membros desmobilizados das FARC, e armazená-las em contêineres ou instalações seguras, sob observação das Nações Unidas. A entrega de armas deveria ser finalizada até o dia 150 a partir da assinatura do Acordo, quando todas as armas, granadas e munições estariam armazenadas nos contêineres (ONU, 2016b).

Por fim, a quinta e última tarefa relacionada à entrega de armas diz respeito à destruição das munições entregues, desativamento das armas e retirada desses artefatos dos acampamentos (ONU, 2016b).

As tarefas citadas foram cumpridas pela missão. Em 27 de junho de 2017, a missão concluiu a coleta e armazenamento de armas em contêineres. Entre 1 e 28 de julho, todo o material instável foi destruído e toda a munição recolhida foi incinerada.

Entre 31 de julho e 15 de agosto, os contêineres foram removidos dos acampamentos por meio de uma série de operações terrestres e aéreas, sendo assegurados por comboios da polícia nacional e pelas forças armadas colombianas. Em 16 de agosto, a Missão começou a desativar todos os armamentos no armazém central da operação. Até 27 de setembro de 2017, a Missão completou a certificação individual dos membros das FARC-EP que haviam deposto as armas (ONU, 2016b).

Durante o mandato da Missão, as FARC-EP forneceram informações sobre mais de 1.000 arsenais de armas. Até a conclusão das operações, em 15 de setembro, a Missão havia conduzido um total de 182 operações em coordenação com as FARC-EP para remover armas e destruir explosivos de 750 arsenais (ONU, 2016b).

Em 22 de setembro, a Missão comunicou ao governo da Colômbia a conclusão de suas atividades relacionadas à deposição de armas pelas FARC-EP, incluindo a eliminação das armas coletadas nas zonas e pontos, o material extraído dos arsenais e todo o material instável. Ao longo do processo de deposição de armas, a Missão coletou um total de 8.994 armas, 1.765.862 munições, 38.255 kg de explosivos, 11.015 granadas, 3.528 minas antipessoais, 46.288 espoletas elétricas, 4.370 morteiros e 51.911 metros de cordão detonante e fusíveis (ONU, 2017c).

3.1.1.2 Monitoramento do cessar-fogo e coordenação do mecanismo tripartite de monitoramento e verificação

A Missão atuou como o componente internacional e coordenador do mecanismo tripartite de monitoramento e verificação, sendo responsável por supervisionar o cessar-fogo. Discussões detalhadas entre o governo da Colômbia e as FARC-EP resultaram em um acordo sobre as tarefas, a estrutura e a composição do mecanismo em todos os níveis. A maioria das atividades do mecanismo ocorreram no nível local, onde ele supervisionou o cumprimento das regras do cessar-fogo e da cessação das hostilidades. As equipes estiveram baseadas nas sedes locais do mecanismo, e suas principais atividades incluíram (ONU, 2016b):

- (a) Organizar as operações do mecanismo, levando em consideração a coordenação das tarefas, análise de ameaças e requisitos logísticos.

- (b) Monitorar o deslocamento das unidades do exército e o movimento das unidades das FARC-EP para as zonas locais transitórias e pontos de normalização ao longo das rotas acordadas, entre o quinto e o trigésimo dia após a entrada em vigor do Acordo.
- (c) Monitorar as zonas locais transitórias e pontos de normalização (locais onde os membros desmobilizados das FARC ficaram estabelecidos, durante a entrega de armas) e visitar os acampamentos das FARC-EP.
- (d) Monitorar as zonas de segurança ao redor das zonas locais transitórias e pontos de normalização, e visitar unidades do exército estabelecidas nesses locais.
- (e) Visitar centros populacionais vizinhos, quando tais centros existirem nas proximidades das zonas locais transitórias e pontos de normalização, com o objetivo de interagir com a população local e autoridades.

O monitoramento realizado pelas equipes do mecanismo deveria ter caráter proativo: além de relatar possíveis incidentes, elas também deveriam atuar na correção de qualquer situação que não estivesse em conformidade com a implementação das disposições sobre o cessar-fogo e a cessação das hostilidades. Os observadores das Nações Unidas ficaram encarregados de ajudar a resolver disputas entre as partes, e fazer recomendações para garantir melhor conformidade com o Acordo (ONU, 2016b).

A sede nacional do mecanismo de monitoramento e verificação foi estabelecida em Bogotá. Assim como as sedes regionais, ela desempenhou funções de comunicação, análise de ameaças, operações, planejamento e coordenação logística. Uma equipe de investigação ficou disponível para as sedes locais e regionais, a fim de investigar alegadas violações do cessar-fogo e da cessação das hostilidades (ONU, 2016b). As tarefas da Missão em relação à verificação do protocolo eram organizar as operações do mecanismo, levando em consideração a coordenação das tarefas, análise de ameaças e requisitos logísticos; monitorar e visitar os acampamentos das FARC EP; monitorar as zonas de segurança e visitar as unidades do exército reposicionadas; e visitar os centros populacionais vizinhos para interagir com a população local e as autoridades; monitorar e investigar violações do cessar-

fogo e atos violentos contra ex-membros das FARC, líderes sociais e defensores de direitos humanos (ONU, 2017c).

O mecanismo, liderado pela missão da ONU, monitorou processos logísticos relativos ao acordo de paz, como fornecimento de comida, assistência médica, comunicação, fornecimento de suprimentos. O fornecimento desses recursos ficou a cargo do governo colombiano (ONU, 2017c).

Durante o período do relatório, a Missão concentrou suas atividades de ligação e engajamento na organização de reuniões e trocas de informações sobre a conclusão de seu mandato, a evolução do processo de paz e o mandato da nova Missão de Verificação, bem como sobre diferentes perspectivas sobre reintegração e garantias de segurança. A ONU manteve contato com organizações da sociedade civil, representantes do setor privado, além de outras partes interessadas, sobre o processo de reintegração dos ex-combatentes, sobre a segurança deles e de líderes sociais e defensores de direitos humanos (ONU, 2017c).

3.1.1.3 Estrutura geral da Missão das Nações Unidas na Colômbia

A Missão das Nações Unidas na Colômbia foi dividida em quatro componentes: observação, coordenação e suporte substantivo, suporte de campo e segurança.

O componente de observação foi responsável pelas tarefas da Missão relacionadas à entrega de armas, verificação do cessar-fogo e da cessação das hostilidades e coordenação do mecanismo tripartite de verificação. O "Componente de Coordenação e Suporte Substantivo" é responsável pela coordenação dos escritórios de campo, a fim de garantir que todas as partes da Missão pudessem fornecer suporte às atividades do componente de observação. Foram responsáveis por garantir a cooperação da missão com outras agências da ONU no país. O componente de coordenação e suporte substantivo também forneceu apoio à Missão em treinamento, questões legais, conduta e disciplina e integração de gênero (ONU, 2016b).

O componente de apoio de campo foi encarregado de prover apoio logístico e administrativo para a missão e para o mecanismo tripartite de verificação, enquanto a segurança dos funcionários da ONU e do mecanismo tripartite ficaram à cargo do Governo da Colômbia, especificamente a Polícia Nacional da Colômbia (ONU, 2016b).

Os escritórios da Missão e do mecanismo foram estabelecidos em oito cidades que ofereceram o acesso mais conveniente às zonas locais transitórias e pontos de normalização, totalizando oito escritórios regionais estabelecidos nas seguintes cidades: San José de Guaviare, Florencia, Popayán, Villavicencio, Medellín, Quibdó, Bucaramanga e Valledupar. Os escritórios regionais eram liderados por um Chefe de Escritório civil e o observador sênior, além de 11 observadores e 9 funcionários civis responsáveis pela ligação, informação pública, segurança e apoio à missão. Em relação a recursos humanos, cerca de 450 observadores foram empregados em quarenta locais, incluindo as zonas de transição das FARC (ONU, 2016b).

3.2 A Missão das Nações Unidas na Colômbia (MNUC) e a paz negativa como objetivo inicial

Partiremos, primeiramente, da análise da Missão das Nações Unidas na Colômbia (MNUC), a primeira missão realizada no país. O presente trabalho não é, naturalmente, a primeira pesquisa que tentou categorizar o tipo de atividade promovida pela ONU, em território colombiano. Helmüller *et al.* (2024) fornecem um conjunto de dados acerca dos mandatos de todas as missões de paz encabeçadas pela organização, entre 1948 e 2023, propondo uma categorização dos mandatos dessas missões, de acordo com o nível de abrangência de suas tarefas. A categorização varia de missões com objetivos minimalistas, moderados e maximalistas:

Tarefas minimalistas: Tarefas na subcategoria minimalista refletem uma abordagem que se contenta com a ausência de conflito armado e foca em criar as condições para a paz negativa.

Tarefas moderadas: Tarefas nesta subcategoria moderada refletem uma abordagem que visa evitar o retorno do conflito armado e promover uma governança decente, sem especificar um modelo de governança.

Tarefas maximalistas: Tarefas nesta subcategoria maximalista refletem uma abordagem que busca abordar as causas raiz e visa construir as

condições para a paz positiva (e frequentemente liberal). (Helmüller *et al.*, 2024, s/p, tradução nossa)

Deste modo, os autores fazem uma distinção acerca das tarefas das operações com base nos conceitos de paz positiva e paz negativa de Galtung (1969), de modo que, as tarefas do mandato minimalista concentram-se na paz negativa, buscando a ausência de violência no curto prazo. As tarefas moderadas avançam além da paz negativa, implementando algumas medidas estruturais destinadas a institucionalizar a paz. Por fim, as tarefas maximalistas almejam uma paz positiva, abordando as causas profundas do conflito através de medidas militares, políticas e socioeconômicas (Helmüller *et al.*, 2024).

Helmüller *et al.* (2024) classificaram a primeira missão (Missão das Nações Unidas na Colômbia) como majoritariamente minimalista, em razão da natureza de suas tarefas, voltadas à entrega de armas e à desmobilização dos membros das FARC (portanto, uma paz baseada apenas na eliminação da violência). O trabalho de Helmüller *et al.* (2024) centra-se apenas na análise do mandato da missão, sendo esse o único dado analisado pelos autores. Apesar disso, a análise dos relatórios da ONU leva a conclusões semelhantes às dos pesquisadores.

A cessação das hostilidades foi, no contexto colombiano, um passo central para o processo de paz. Galtung (1969) sublinhava a importância da eliminação da violência direta, e a coloca como igualmente importante à paz positiva (que, apesar de receberem os nomes de “positiva” e “negativa”, não expressam juízo de valor): “ambos os valores, ambos os objetivos [a paz positiva e a paz negativa] são significativos, e é provavelmente um desserviço ao homem tentar, de qualquer forma abstrata, dizer que um é mais importante que o outro” (Galtung, 1969, p. 54, tradução nossa). Nesse sentido, a paz negativa é um componente essencial da construção da paz, em conjunto com a positiva.

O primeiro passo, para o fim do conflito colombiano foi a desmobilização das FARC-EP. Nesse contexto, a ONU atuou como um elemento neutro e legitimador do processo, contribuindo, também, com sua ampla experiência em situações desse tipo. Conforme citado na sessão anterior, as tarefas da missão consistiram em: (a) verificar a entrega de armas; (b) monitorar o cessar-fogo; e (c) coordenar o mecanismo

tripartite de verificação. Tais tarefas visavam, como objetivo central, desarmar o grupo e retirar dele os meios utilizados para causar a violência direta.

Tendo em vista o conjunto de atividades citados no parágrafo anterior, pode-se dizer que a Missão das Nações Unidas na Colômbia se enquadram no que Kugel (2011) conceitua como "missões em apoio a processos de paz", que assistem os atores signatários de um acordo de paz a efetuar os termos concordados, bem como monitorar sua implementação.

Em suma, a primeira missão da Organização das Nações Unidas na Colômbia executa tarefas que se enquadram no conceito de paz negativa. O papel desempenhado pela instituição é, centralmente, de prestar assistência no processo de desmobilização dos guerrilheiros, de receber armas, desativá-las ou destruí-las, e retirá-las dos acampamentos onde a guerrilha fazia sua transição à legalidade. Paralelamente a essa atuação, a missão foi responsável por monitorar o cessar-fogo, observando o comportamento das FARC-EP e do exército colombiano ao longo do processo, a fim de reportar possíveis violações do Acordo.

3.3 Segunda missão: Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia (2017-presente)

A "Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia" (MVNUC) foi o empreendimento que sucedeu, de forma imediata, a "Missão das Nações Unidas na Colômbia". A MVNUC foi estabelecida pelo Conselho de Segurança da ONU através da Resolução 2366 (2017), atendendo à solicitação do governo colombiano e das FARC-EP (expressa em carta datada de 7 de junho de 2017) (ONU, 2017d). A implementação de uma missão de verificação encabeçada pela ONU já era prevista no ponto 6.3.3 do acordo de paz, que solicitava à organização a verificação da reintegração dos membros das FARC-EP na vida política, econômica e social, a implementação de medidas de segurança e proteção pessoal e coletiva; e programas abrangentes de segurança e proteção para comunidades e organizações nos territórios. Conforme expresso no mandato:

Decide estabelecer uma missão política na Colômbia, a Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia (a Missão de Verificação),

por um período inicial de 12 meses, liderada por um Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas;

Decide ainda que a Missão de Verificação deverá verificar a implementação pelo Governo da Colômbia e pelas FARC-EP das seções 3.2 e 3.4 do Acordo Final, conforme previsto na seção 6.3.3 do Acordo Final, incluindo o processo de reincorporação política, econômica e social das FARC-EP; a implementação de garantias de segurança pessoal e coletiva; e programas abrangentes de medidas de segurança e proteção para comunidades e organizações nos territórios, e deverá incluir a verificação regional e local necessária. (ONU, 2017d, p. 1-2, tradução nossa)

O Conselho de Segurança decidiu, também por meio da Resolução 2366 (2017), que a MVNUC deveria iniciar suas atividades imediatamente após o fim da MNUC, em 26 de setembro de 2017. A missão deveria trabalhar em coordenação com outros mecanismos de verificação estabelecidos pelo acordo de paz, sendo eles: a Comissão de Acompanhamento, Promoção e Verificação da Implementação do Acordo Final, o Conselho Nacional de Reincorporação e a Comissão Nacional de Garantias de Segurança (ONU, 2017d).

A missão conta com funcionários civis e observadores internacionais desarmados e uniformizados, com segurança realizada por instituições do Estado colombiano. O pessoal da ONU continuou atuando nas 27 Zonas Veredais de Transição e Normalização, que se converteram em Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação (ETCR)²⁹. Além disso, a missão estabeleceu presença em lugares considerados críticos, em termos de segurança, que correspondem a 170 municípios elencados pelo Estado colombiano (ONU, 2017d).

3.3.1 Principais responsabilidades

3.3.1.1 Verificação da reincorporação política, econômica e social

As tarefas da segunda missão são, centralmente, relacionadas à verificação. Os compromissos com a reintegração e as garantias de segurança que a segunda

²⁹ No ETCR foram realizadas atividades de formação e reintegração com o objetivo de facilitar as fases iniciais de adaptação dos membros das FARC-EP à vida civil. Buscou-se, também que estas ações contribuíssem positivamente para as comunidades envolvidas. As atividades dos ETCR foram finalizadas em 2019 (AGENCIA PARA LA NORMALIZACIÓN Y LA REINCORPORACIÓN, s.d). <https://www.reincorporacion.gov.co/es/reincorporacion/Paginas/Los-ETCR.aspx>

Missão verifica estão detalhados nas seções 3.2 e 3.4 do Acordo Final. O ponto 3.2 do acordo estabelece as bases para a reincorporação econômica, social e política dos membros desmobilizados da guerrilha, delineando as garantias para a criação do partido derivado da guerrilha (3.2.1.1), processos de reincorporação coletiva econômica e social (3.2.2.1), regularização³⁰ e transição à legalidade (3.2.2.4), reincorporação de menores de idade (3.2.2.5), garantias e recursos para reincorporação econômica e social (3.2.2.7 e 3.2.2.8) (Acuerdo Final, 2016). Nesse sentido, o acordo de paz sublinha que:

Estabelecer as bases para construir uma paz estável e duradoura requer a eficaz reintegração das FARC-EP à vida social, econômica e política do país. O processo de reintegração confirma o compromisso das FARC-EP em contribuir para o fim do conflito armado, tornar-se uma entidade política legal e contribuir decisivamente para a consolidação da reconciliação nacional, coexistência e garantias de não repetição, e transformar as condições que permitiram a violência em todo o país irromper e persistir. (Acuerdo Final, 2016, p. 68, tradução nossa)

Para tais fins, a MVNUC foi instaurada com o propósito de verificar, também, a transição das FARC-EP para partido político, gozando de direitos e respeitando os deveres inerentes à Constituição do país. A verificação de garantias necessárias para a plena participação das FARC (como partido político) na vida política, compreende a observação dos seguintes direitos: reconhecimento pelo Conselho Nacional Eleitoral; assistência técnica, financiamento operacional e apoio; acesso a financiamento para a participação nas eleições de 2018 e 2022; acesso aos meios de comunicação; garantia de proteção para os afiliados ao partido (ONU, 2017d).

A organização internacional também reconhece a ênfase que o acordo de paz coloca sobre a reintegração econômica, e sua meta de reestruturar o tecido social do país, promovendo desenvolvimento através de atividades socialmente produtivas, da convivência e reconciliação dos habitantes, e do fortalecimento da democracia. Para isso, o governo deveria investir em políticas públicas em âmbito local e regional. O relatório de 30 de agosto de 2017 sugeriu que a verificação do processo de

³⁰ Conforme o acordo final: "A situação jurídica das pessoas credenciadas será resolvida com a concessão de indulto através dos instrumentos legais em vigor, caso a lei de anistia não esteja em vigor" (ACUERDO FINAL, 2016, p. 73, tradução nossa).

reincorporação social e econômica deveria observar: a identificação e implementação de projetos e programas sustentáveis e socialmente produtivos; fundos de investimento em projetos de reintegração; a disponibilidade de fundos para projetos individuais; a realização de um programa de renda básica para ex-membros das FARC-EP por um período de 24 meses, uma bolsa de normalização, pagamentos de seguridade social e programas sociais, além de outras medidas (ONU, 2017d).

No âmbito da reintegração social, econômica e política, a MVNUC realizou verificações relacionadas aos projetos produtivos de ex-membros das FARC, às políticas de educação e saúde direcionada aos ex-membros das FARC, à inclusão de perspectivas de igualdade de gênero ao longo do processo, ao Programa para reconciliação, coexistência e prevenção à estigmatização³¹, além de outros temas.

3.3.1.2 Verificação ativa e propositiva

Apesar do mandato da MVNUC indicar apenas a verificação, como tarefa da missão, suas atividades não se reduzem a apenas observar e reportar. Figueroa Arias (2022) apresenta um importante estudo em que, através de entrevistas com funcionários da missão, funcionários da Agência de Reincorporação Nacional, ex-combatentes em processo de desmobilização, funcionários de outros organismos internacionais e habitantes das comunidades que receberam os ex-guerrilheiros, analisa como a MVNUC apoiou o processo de reintegração dos antigos membros das FARC nos territórios de Meta e Nariño.

Segundo a pesquisadora, a missão colocava em prática um enfoque ativo e propositivo no processo de verificação da reintegração das FARC:

Segundo responsáveis da Missão de Verificação da ONU, a abordagem ativa e propositiva procura ligar estrategicamente os contatos públicos e privados da missão, de forma não só a monitorar os progressos alcançados pelo Governo colombiano no processo de reincorporação, mas também a fornecer recursos e soluções aos problemas que rodeiam a reintegração em todos os níveis (local, regional e nacional). (Figueroa Arias, 2022, s/p, tradução nossa)

³¹ Mecanismo que busca promover o diálogo entre diversos setores da sociedade colombiana (sociedade civil, instituições públicas, grupos econômicos e ex-membros das FARC) (ONU, 2018b).

Desse modo, portanto, a verificação ativa e propositiva vai além da observação passiva, por parte da missão, colocando-a como um ator ativo e atuante no processo de reintegração. A missão, ao invés de apenas verificar os processos, ajuda a solucionar eventuais problemas que atrapalhem o andamento e bom funcionamento destes. Segundo a autora, essa perspectiva coloca os ex-combatentes e as comunidades que os recebem como atores centrais da reintegração (Figueroa Arias, 2022).

Exemplos de aplicação do enfoque citado são dos ETCR de Mariana Páez e Simón Trinidad, próximos ao município de Mesetas (departamento de Meta). Nesses locais, Figueroa Arias (2022) observou que os funcionários da ONU realizavam atividades que fomentavam a reintegração. Negociavam, por exemplo, com universidades, empresas, instituições públicas e outros atores, para que visitassem os Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação e oferecessem serviços para os ex-guerrilheiros. Universidades ofereceram cursos de capacitação, realizaram investigações e desenvolveram projetos arquitetônicos nos ETCR, o que acabava aproximando os antigos membros das FARC às comunidades nas quais seriam reintegrados (Figueroa Arias, 2022).

Em outro caso, no município de Tumaco (departamento de Nariño), a perspectiva proativa não rendeu resultados semelhantes aos do município de Mesetas. No caso de Tumaco, as ruins condições de segurança não permitiram a visita de instituições e o envolvimento destas no processo de integração, e dificultaram, também, as eventuais saídas de ex-combatentes dos Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação, prejudicando ainda mais seu envolvimento na comunidade (Figueroa Arias, 2022). Em locais de maior risco à segurança, as atividades da missão tiveram que se reduzir à observação.

3.3.1.3 Enfoque comunitário

Figueroa Arias (2022) também argumenta que as atividades da missão possuem um enfoque comunitário (ou territorial). O enfoque comunitário propõe que a comunidade anfitriã (que recebe os ex-combatentes) deve ser consultada antes, durante e depois do processo de reintegração. Além disso, a comunidade anfitriã deve

ser beneficiada pelo programa de reintegração, usufruindo de benefícios semelhantes aos combatentes.

Exemplos da abordagem comunitária ocorreram nos ETCR de Mariana Páez e Simón Trinidad (no departamento de Meta), e no ETCR de La Variante (município de Tumaco), onde os projetos produtivos e as iniciativas de educação beneficiavam os ex-combatentes e pessoas da comunidade próximas:

Por exemplo, nos dados recolhidos durante o trabalho de campo em Mesetas [município colombiano], ficou evidente que nestes ETCR foram desenvolvidos vários projetos de formação técnica educacional, nos quais 70% dos participantes eram ex-combatentes e 30% eram membros da comunidade. (Figueroa Arias, 2022, s/p, tradução nossa)

Além de iniciativas de educação e treinamento técnico, a missão incluiu, em alguns espaços de reincorporação, atividades de reconciliação e convivência, como esportes, comemorações de dia das crianças, dia das mães e semana santa, dentre outras práticas comunitárias.

Outro exemplo foi o projeto produtivo, levado a cabo pela MVNUC, que envolveu 240 pessoas no processo de reintegração e 170 pessoas da comunidade indígena, envolvendo a produção de abacate em Caldono (Cauca). Esse projeto, segundo a missão, serviu de exemplo sobre como vincular a comunidade ao processo de reintegração, servindo de exemplo para os empreendimentos de outros ETCR (Figueroa Arias, 2020).

A partir disso, a autora sugere que a inclusão da comunidade nas atividades de reintegração, projetos produtivos e educacionais e de convivência, favorece a criação de vínculos entre os guerrilheiros desmobilizados e a comunidade que os recebe (Figueroa Arias, 2022).

A não inclusão da comunidade no processo de reintegração, e a exclusão delas dos pacotes de ajuda que beneficiam os ex-membros das FARC (como programas de renda básica, fornecimento de serviços de saneamento básico e de água, entre outros), criam barreiras para o sucesso do projeto de reintegração, uma vez que os moradores se sentiam "injustiçados", ao ver que os únicos beneficiados eram os ex-guerrilheiros (Figueroa Arias, 2022).

3.3.2 Verificação das garantias de segurança

As garantias de segurança previstas no Acordo Final, buscam proteger os membros desmobilizados, habitantes de áreas rurais e comunidades afetadas pelo conflito, líderes sociais e indígenas da violência de grupos ilegais e de padrões arraigados de violência que continuam a existir (ONU, 2017d). As garantias de segurança, contidas no ponto 3.4 do acordo, se concentram nas 4 seguintes áreas: (a) o estabelecimento de instituições nacionais; (b) medidas específicas para segurança pessoal e coletiva; (c) um sistema de segurança que garanta ao exercício da política, especialmente a oposição política; (d) um programa abrangente de segurança e proteção para as comunidades e organizações nas áreas mais afetadas pelo conflito (ONU, 2017d).

Em matéria de verificação, a missão observa as políticas de proteção aos antigos membros das FARC-EP (e sua segurança em campanhas eleitorais), em áreas historicamente afetadas pelo conflito (especialmente áreas rurais e áreas distantes dos grandes centros), de proteção a líderes sociais, militantes de direitos humanos. A organização internacional observa, também, a atuação das forças de segurança (forças armadas e polícias), nos processos de segurança dos atores supracitados.

Além de apenas observar, a missão estabeleceu um mecanismo tripartite de coordenação e monitoramento das medidas de proteção e prevenção da violência contra membros do partido político derivado das FARC. O mecanismo reúne a polícia nacional, a Unidade de Proteção Nacional e a missão. O mecanismo possui uma sede nacional e dez sedes locais, em regiões onde as atividades do partido das FARC se concentraram (a perspectiva de gênero é adotada, incluindo um roteiro para abordar riscos específicos para as mulheres envolvidas em atividades políticas) (ONU, 2018a). Segundo avaliação da própria ONU, o mecanismo tripartite:

Proporciona a segurança dos antigos membros das FARC-EP e serve para construir confiança entre as partes. [...] O Mecanismo Tripartite de Proteção e Segurança [...] provou ser uma ferramenta valiosa que precisa ser fortalecida, aumentando sua capacidade de avaliar riscos e projetar medidas de segurança, especialmente para ex-membros das FARC-EP que se mudaram para novos assentamentos. (ONU, 2018b, p. 7-8, tradução nossa)

3.3.3 Articulação e coordenação

Outro rol de atividades desempenhadas pela segunda missão da ONU na Colômbia é a articulação e coordenação com instituições públicas, entidades da sociedade civil, instituições internacionais e com os atores envolvidos no processo de paz. A articulação com esses atores visa facilitar os esforços de reconciliação em relacionados ao acordo de paz. No município de Valledupar (departamento de Cesar), a MVNUC colocou em contato proprietários de terra, vítimas e antigos combatentes. Em Villavicêncio (Meta), promoveu o encontro de ex-membros das FARC com representantes do setor privado. A missão também se encontrou com representantes de grupos céticos e opositores ao acordo, a fim de compreender suas perspectivas e dialogar com esses coletivos, de modo a esclarecer os benefícios da devida implementação do acordo de paz (ONU, 2018a; ONU, 2018c).

A missão também manteve contato com organizações defensoras de direitos das mulheres, a fim de proporcionar programas com abordagens específicas para a reintegração das mulheres, no âmbito econômico e de segurança (ONU, 2018b).

De modo geral, a missão tentou estabelecer contatos e dialogar com atores que julgou relevante para dar continuidade ao processo de construção de paz, reintegração e reconciliação (sendo eles, as comunidades, instituições da sociedade civil e instituições privadas), além de instituições relevantes para a segurança dos grupos envolvidos no processo.

3.3.4 Financiamento e suporte de outras agências da ONU

Outro papel desempenhado pela MVNUC que não é explícito em seu mandato é o financiamento de projetos produtivos levados a cabo por guerrilheiros desmobilizados. Além da missão, outras agências da ONU prestam um papel importante quanto ao financiamento dessas atividades. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento atuou no suporte ao desenho e formulação de projetos produtivos, a exemplo do caso relatado em 2 de abril de 2018, onde os técnicos designados pelas FARC estavam com dificuldades para elaboração dos projetos (ONU, 2018a).

A missão também facilitou o financiamento de microempresas comandadas por antigos guerrilheiros, por meio dos recursos extraorçamentários do fundo fiduciário do Departamento de Assuntos Políticos e de contribuições adicionais de doadores. Segundo o relatório de 28 de setembro de 2018 (ONU, 2018c), os recursos financiaram 47 microempresas de antigos membros das FARC-EP em todos os Espaços Territoriais de Capacitação e Reintegração, tanto em ambientes urbanos como rurais.

De modo geral, a ONU (através de seus fundos e agências) financiou diversos projetos geradores de renda para antigos membros das FARC:

O PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento] tem sido um parceiro estratégico da Missão na mobilização, concepção e implementação de fundos para projetos de reintegração geradores de rendimento a nível micro, para antigos membros das FARC-EP, nas áreas territoriais para formação e reintegração [...]. O Programa Mundial de Alimentos [PMA], a Organização Internacional para as Migrações [OIM], a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura [FAO] e a ONU Mulheres estão prestando assistência técnica em nove Espaços Territoriais de Capacitação e Reintegração, onde foram aprovados projetos coletivos, incluindo a garantia de uma abordagem de igualdade de gênero. (ONU, 2018c, p. 12-13, tradução nossa)

Além do financiamento de atividades produtivas, diversas agências promoveram iniciativas de diferentes tipos, incluindo o PNUD, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a ONU Mulheres, o Serviço de Ação Antiminas da ONU, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e organizações não-governamentais internacionais.

O Programa Mundial de Alimentos (PMA), por exemplo, comprou alimentos produzidos por diversos Espaços Territoriais de Capacitação e Reintegração (ETCR) para alimentar crianças, como parte do seu programa de alimentação escolar (ONU, 2018b). Em termos de reintegração socioeconômica, o PNUD, a FAO, o PAM e a ONU Mulheres estão apoiando, conforme citado anteriormente, iniciativas econômicas dos membros das FARC; a OIM e o Fundo de População das Nações Unidas promoveram iniciativas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva em Espaços Territoriais de Capacitação e Reintegração.

O Serviço de Ação Antiminas da ONU forneceu treinamento em desminagem humanitária para ex-membros das FARC e apoiou o estabelecimento de sua própria organização não-governamental de desminagem (ONU, 2018b). As atividades do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em apoio à prevenção e proteção local das atividades comunitárias são complementares ao foco da Missão em verificar e promover garantias de segurança (ONU, 2018b).

A Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), em parceria com organizações não-governamentais e as FARC, abriu escolas em sete Espaços Territoriais para Capacitação e Reintegração, nos departamentos de Antioquia e Cauca, para lecionar cursos sobre direitos das mulheres e igualdade de gênero. No departamento de Nariño, a ONU Mulheres, em coordenação com a MVNUC, promoveu diálogos de reconciliação entre mulheres vítimas do conflito e ex-membros femininas das FARC-EP, reunindo cerca de 32 ex-combatentes e representantes de organizações regionais de vítimas (ONU, 2018b). São diversos os exemplos que evidenciam o envolvimento da rede de agências da ONU no processo de construção de paz no país andino.

3.4 Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia, análise

A segunda missão da ONU no país, a Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia, é dotada de maior complexidade, se comparada à primeira. Apesar de sua principal tarefa ser a verificação da implementação dos pontos 3.2 e 3.4 do Acordo de Paz, a MVNUC realiza tarefas que não estavam explícitas em seu mandato, conforme evidenciado nos dados apresentados nas seções anteriores.

O método de verificação levado à cabo pela ONU, apelidado por Figueroa Arias (2022) de "ativo e propositivo", em conjunto com seu "enfoque comunitário", levantam questões acerca da natureza das atividades executadas pela missão. Argumento que as tarefas da missão se localizam numa "zona cinzenta" entre a paz negativa e a paz positiva. Isso porque, apesar de realizar atividades que fortalecem os direitos econômicos e sociais de ex-guerrilheiros e de algumas comunidades que os receberam, esses benefícios e investimentos são restringidos, em sua maioria, aos

antigos membros das FARC em processo de reintegração social e para parte da população das comunidades que os acolheram.

A MVNUC não realiza programas de maior escala, que alcançam populações de territórios que não estiveram diretamente ligados ao processo de paz e, portanto, não é capaz de promover uma paz positiva em escala nacional, uma vez que a maioria da população assolada pela violência estrutural não é beneficiada por investimentos ou programas que reduzam a incidência dessa forma de violência. Por outro lado, pode-se dizer que a MVNUC ensaia algumas iniciativas voltadas à diminuição das violências estruturais e culturais a nível regional.

Isso não significa dizer que as atividades realizadas pela missão não são relevantes, e que a missão não tenta propor soluções (mesmo que pouco amplas, em termos de alcance) para a violência estrutural e cultural. Pelo contrário, é evidente a existência de algumas tentativas da missão em promover o diálogo e aproximação dos guerrilheiros desmobilizados com alguns grupos sociais. O exemplo das zonas de transição próximas ao município de Mesetas (Meta) é bastante ilustrativo: a missão convidou universidades, empresas e outras instituições para visitarem os ETCR e promover atividades (cursos de capacitação, desenvolvimento de projetos, etc.) em conjunto com os ex-membros das FARC. Atividades esportivas e comemorações de datas festivas também aproximavam os ex-guerrilheiros da população (Figueroa Arias, 2022). Essas práticas, conforme cita Figueroa Arias (2022), não foram aplicadas em todas as zonas de transição, a exemplo do município de Tumaco (departamento de Nariño), onde as condições de segurança não permitiam a promoção de atividades de convivência.

Tendo em vista os exemplos citados no parágrafo anterior, fica evidente a tentativa de a missão promover, em alguns locais, a aproximação e convivência dos antigos membros das FARC com as comunidades que os receberiam. É interessante notar que nenhuma dessas atividades estavam expressas no mandato da missão. As iniciativas voltadas a promover a aproximação e convivência da comunidade com os ex-guerrilheiros é uma clara tentativa de eliminar (ou reduzir) o que Galtung (1990) conceituou como "violência cultural". Para o autor, a eliminação da violência cultural deve ocorrer através da promoção de relações simbióticas e equitativas, entre os diversos grupos, resultando em atos de cooperação e amizade (Galtung, 1990). É

possível dizer que as atividades da missão ensaiam uma tentativa de estabelecer relações de cooperação e amizade entre os grupos envolvidos e, portanto, mesmo que em pequeno alcance (regional), a missão se propõe a reduzir a violência cultural.

Em relação à violência estrutural, a MVNUC promove algumas iniciativas dedicadas a reduzir essa forma de violência. Como citado anteriormente, as iniciativas se detêm a beneficiar apenas os ex-guerrilheiros em processo de transição e alguma parcela da população das regiões que os acolheram. Um exemplo disso foram os projetos produtivos no município de Caldono (Cauca), que envolveu centenas de ex-combatentes e indígenas em um projeto de cultivo de abacates (Figueroa Arias, 2020). Isso evidencia um empreendimento que busca reduzir, mesmo que pouco, as violências estruturais, sendo uma atividade geradora de renda para os antigos membros das FARC, e para as comunidades da região, que também sofrem com as desigualdades e problemas econômicos.

Ainda em relação à violência estrutural, nota-se uma relevante participação da missão no financiamento de projetos produtivos levados a cabo por ex-guerrilheiros. Conforme citado anteriormente, a missão facilitou o financiamento de microempresas comandadas por antigos guerrilheiros, valendo-se de meios extraorçamentários do fundo fiduciário do Departamento de Assuntos Políticos e de contribuições de doadores. Esses recursos foram utilizados para financiar 47 microempresas de antigos membros das FARC-EP, tanto em ambientes urbanos como rurais (ONU, 2018c). Além da missão, pode-se destacar o relevante papel de outras agências da ONU no financiamento de projetos geradores de renda.

Além de assistência no âmbito econômico, a missão prestou apoio indireto em áreas como saúde, alimentação, segurança, entre outras (Figueroa Arias, 2020). A missão utilizou de sua rede de contatos para solicitar que outras agências da ONU solucionassem problemas dessa ordem. De modo direto, geriu e executou jornadas de saúde, disponibilizando médicos para atender a comunidade de Buena Vista (Figueroa Arias, 2020). Trata-se do que Galtung (1990) se refere como "necessidades básicas de bem-estar", condição em que as vítimas da violência estrutural não necessariamente morrem por conta dela, mas ficam em um estado de pobreza, acarretando em problemas de saúde, decorrente da falta de estrutura sanitária e problemas alimentares.

É evidente que a MVNUC reconhece a necessidade de incluir variáveis econômicas e sociais no processo de paz. A missão promove algumas iniciativas que vão além do estabelecido pelo seu mandato original, buscando ampliar o escopo de sua atuação, incluindo as comunidades ao processo de reintegração econômica. A missão, além da mera verificação, assume uma postura ativa, que busca solucionar problemas de ordem social e econômica que encontram ao longo do processo de reintegração dos ex-guerrilheiros. Pode-se dizer que a missão promove atividades que buscam eliminar a violência estrutural, mesmo que de maneira reduzida, em termos espaciais e populacionais. Essas iniciativas são reduzidas, localizadas apenas nas comunidades que receberam os ex-guerrilheiros e, portanto, não possuem a capacidade de alterar a estrutura de maneira "radical" e atingir a maioria da população colombiana que é afetada por tal forma de violência.

Apesar disso, é relevante reconhecer o papel da MVNUC em apoiar a reintegração dos ex-combatentes, financiando e apoiando projetos geradores de renda, levado a cabo por eles. A missão faz parte de um quadro mais amplo, onde os atores centrais são as FARC e o Estado colombiano, restando à missão um papel de apoio. Conforme assinalado por Diaz Galán (2021), a responsabilidade pelo processo de consolidação da paz fica a cargo do Estado, agente que deve implementar as medidas previstas pelo documento, incluindo medidas no campo da paz positiva, como investimentos em territórios marginalizados, reformas agrárias e políticas. Às organizações internacionais, mais especificamente a ONU, são atribuídas tarefas secundárias, limitadas pelo mandato do Conselho de Segurança e, especialmente, pelo texto do acordo de paz (Dias Galán, 2021).

Por fim, pode-se concluir que as atividades realizadas pela Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia se localizam em uma "zona cinzenta" ou em um "meio-termo" entre a paz negativa e a paz positiva. Como é explicitado, a missão possui iniciativas de reintegração econômica e social que beneficiam diretamente os guerrilheiros desmobilizados, incluindo, em alguns casos, as comunidades que receberiam esses guerrilheiros após a finalização do processo de reintegração. A missão promove investimentos nos projetos produtivos que envolvem os ex-guerrilheiros e as comunidades, realiza iniciativas que promovem a convivência e aproximação desses grupos e encabeça programas de atendimento em saúde.

Pode-se dizer, portanto, que as problemáticas relacionadas à violência estrutural e cultural são abordadas, em certo grau, pela missão (mesmo que de maneira restrita a alguns grupos e regiões).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito entre as FARC e o Estado colombiano foi um dos mais duradouros envolvendo guerrilhas, com duração de cerca de 50 anos. Teve um fim oficial no ano de 2016 e, desde então, instituições têm atuado a fim de garantir que os diversos temas acordados sejam colocados em prática. O acordo tem seis pontos que guiam o processo de consolidação da paz, no pós-conflito, e trata dos seguintes temas: (1) o primeiro ponto propôs a realização de uma reforma agrária, a ser materializada através da redistribuição de terras de um fundo governamental e de políticas econômicas destinadas ao campo; (2) a ampliação da participação política, ponto que prevê maior abertura democrática através de mecanismos que garantam a oposição política (aspecto necessário para o estabelecimento do partido das FARC); (3) o fim do conflito como o objeto do terceiro ponto, cujo elemento central é a criação de zonas de transição dos ex-combatentes para a vida civil, além das garantias para a criação de um partido derivado da antiga guerrilha; (4) a solução do problema das drogas ilícitas, alicerce dos grupos armados ilegais, a ser alcançado por meio da substituição do cultivo desses produtos; (5) o acordo sobre as vítimas do conflito trata de questões a respeito da justiça de transição, a criação de uma comissão da verdade, o ressarcimento de vítimas e a anistia de ex-guerrilheiros; e (6) a verificação e implementação dos pontos do acordo, que coloca o governo como principal responsável pela implementação dos termos negociados, como também a criação de uma comissão de verificação que conta com a presença de outros países (Cuba, Noruega, Venezuela e Chile) e o Instituto Kroc da Universidade de Notre Dame como elemento técnico. Solicitou, também, a presença de uma missão política das Nações Unidas para verificar o andamento da concretização das questões acordadas (Ríos, 2017).

O acordo assinado entre as partes contém medidas que compreendem a necessidade da solução de problemas de ordem política, econômica e social, para além da simples desmobilização dos guerrilheiros. O próprio Johan Galtung, em livro publicado originalmente em 2004 (12 anos antes da assinatura do acordo), já identificava a necessidade da solução de problemas econômicos e sociais na Colômbia, e propunha: (a) fortalecer a capacidade de gestão de conflitos em todos os níveis; (b) introduzir educação para a paz e jornalismo de paz nos meios de

comunicação (itens 3 e 4); (c) estabelecer zonas desmilitarizadas de paz; (d) instituir comissões de verdade e reconciliação; (e) oferecer suporte econômico aos trabalhadores e produtores rurais; (f) abordar problemas culturais persistentes, como o machismo e a glorificação da violência, além de promover os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais como princípios éticos fundamentais da sociedade; e (g) aumentar os níveis de segurança interna, entre outras medidas mais específicas (Galtung, 2006). O acordo, em certa medida, contemplo algum desses temas, como o suporte econômico a trabalhadores rurais, comissões da verdade e reconciliação, dentre outras.

A Organização das Nações Unidas historicamente tem sido bastante ativa em contextos de construção de paz e, tendo em vista a proposta original desta organização (de fomentar a paz e os direitos humanos), o presente trabalho buscou verificar se a ONU incluía, em seus trabalhos no pós-conflito colombiano, medidas que promoviam uma paz de tipo positiva.

De imediato, após a assinatura do acordo de paz, a Missão das Nações Unidas na Colômbia foi implementada, exercendo atividades de verificação do procedimento de desmobilização das FARC, entrega de armas e destruição de explosivos, além de monitorar a cessação de hostilidades. A ONU, além de verificar, participou ativamente do processo, fornecendo apoio com sua expertise acumulada ao longo dos anos, graças ao seu envolvimento em processos semelhantes ao longo das últimas décadas.

Pode-se concluir, a partir do exposto no parágrafo anterior, que as tarefas executadas pela Missão das Nações Unidas na Colômbia (a primeira missão levada a cabo no país, após o acordo de paz) se enquadram dentro do conceito de paz negativa. O principal objetivo dessas atividades era desarmar o grupo e remover os meios utilizados para a prática de violência direta. Além disso, a organização internacional desempenhou um papel de legitimadora do processo, atuando como um elemento imparcial e garantindo a confiança das partes, uma vez que coordenou o Mecanismo de Monitoramento e Verificação, dispositivo que unia representantes das FARC, do governo colombiano e da ONU, encarregados de monitorar o *compliance* das partes envolvidas.

A segunda missão, a Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia, apresentou maior complexidade, em comparação à primeira. Suas responsabilidades se centram na verificação da reintegração dos ex-guerrilheiros, além da verificação das garantias de segurança destes. A verificação, por si só, é bastante importante, uma vez que garante a transparência e possibilidade de escrutínio público, em relação à implementação dos pontos acordados entre as partes.

A missão, além de apenas monitorar, adota uma postura ativa, focada em resolver problemas sociais e econômicos que surgem durante o processo de reintegração dos ex-guerrilheiros. Pode-se afirmar que a missão promove atividades voltadas para a redução da violência estrutural, ainda que de forma limitada, tanto em termos espaciais quanto populacionais. A missão teve uma participação significativa no financiamento de projetos produtivos liderados por ex-guerrilheiros, facilitando o financiamento de microempresas comandadas por antigos guerrilheiros, utilizando recursos dos diversos fundos de investimento da ONU. Esses recursos permitiram o financiamento de microempresas de ex-integrantes das FARC-EP (ONU, 2018c).

Em alguns locais, a missão incentivou a aproximação e convivência entre os antigos membros das FARC e as comunidades que os acolheriam. Vale destacar que essas atividades não estavam formalmente previstas no mandato da missão. As iniciativas para promover a integração e convivência entre a comunidade e os ex-guerrilheiros refletem uma clara tentativa de mitigar ou eliminar o que Galtung (1990) definiu como "violência cultural".

Essas iniciativas, entretanto, são concentradas nas comunidades que acolheram os ex-guerrilheiros e, portanto, não têm a capacidade de transformar a estrutura de maneira mais profunda ou impactar a maior parte da população colombiana afetada por esse tipo de violência (violência estrutural). Esse é um ponto que pode fomentar debates, além de servir de ponto de partida para futuras pesquisas. Pode-se investigar em que medida as atividades desempenhadas pela ONU produzem alguma mudança efetiva, tanto em termos econômicos – se a assistência fornecida pela organização gerou resultados econômicos para os ex-guerrilheiros e as comunidades em que foram inseridos, se as habilidades que aprenderam foi suficiente para integrá-los ao mercado de trabalho – quanto sociais – se os antigos membros das FARC realmente conseguiram se reintegrar socialmente, se as

atividades de convivência foram suficientes para aproximá-los das comunidades anfitriãs, dentre outras possibilidades.

Pode-se investigar, também, como outros grupos envolvidos no processo pós-conflitivo na Colômbia compreendem o papel da organização. Entrevistas com ex-membros das FARC, com gestores públicos e com a população do país podem ser úteis para avaliar o impacto que as missões da ONU tiveram, a partir da perspectiva desses grupos.

Utilizando-se do método comparativo, pode-se verificar se as missões desenvolvidas pela ONU em diferentes cenários pós-conflitivos contemplam medidas que se enquadram no conceito de paz positiva, e em que condições a realização desse tipo de projeto é possível ou é mais difícil (em cenários em que os níveis de violência e a intensidade do conflito são maiores, a ONU desempenha atividades para promover a paz positiva com maior ou menor frequência?).

Enfim, diversas são as possibilidades de pesquisa sobre o suporte da ONU pós-conflito colombiano, tendo em vista a escassez de trabalhos acerca do tema. A compreensão da paz positiva também possui grande capacidade analítica na Colômbia, e em toda a América Latina, em razão dos elevados níveis de violência interna aos países da região, acompanhados dos elevados níveis de pobreza e desigualdade, somados à baixa capacidade dos Estados de superar tais dificuldades. Nesse cenário, o apoio e cooperação com organizações internacionais têm a possibilidade de oferecer uma solução para esses problemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. A Coordenação Civil-Militar nas Operações de Paz e o Brasil: algumas considerações. **Revista Brasileira De Estudos De Defesa**, 3(2), 2017. <https://doi.org/10.26792/rbed.v3n2.2016.72068>. Acesso em: 16 maio 2024.
- AGUILERA PEÑA, Mario. Las FARC: Auge y quiebre de su modelo de guerra. **Análisis Político**, v. 26, n. 77, p. 85-111, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/anpol/v26n77/v26n77a04.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- ALBERTUS, Michael; KAPLAN, Oliver. Land reform as a counterinsurgency policy: evidence from Colombia. **Journal of Conflict Resolution**, v. 57, n. 2, p. 198-231, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022002712446130>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.
- ARMIÑO, Karlos Pérez de. Introduction: EU support for peace in colombia. territorial approach, strengthening civil society and human rights. In: ARMIÑO, Karlos Pérez de. **European Union support for Colombia’s peace process: Civil society, human rights and territorial peace**. Cham: Palgrave Mcmillan, 2023. p. 1-48.
- BARASH, David P.; WEBEL, Charles. **Peace and conflict studies**. Thousand Oaks, Londres: Sage Publications, 2009.
- BARCHINO, Agustín Maroto. Colombia, tierra de conflicto: misión de verificación de Naciones Unidas en Colombia (MVNUC). **Armas y Cuerpos**, [s. l], v. 146, n. 1, p. 52-56, abr. 2021. Disponível em: <https://publicaciones.defensa.gob.es/armas-y-cuerpos-146-revistas-pdf.html>. Acesso em: 19 maio 2024.
- BOBBIO, Norberto. **O Terceiro ausente: ensaios e discursos sobre a paz e a guerra**. Tradução Daniela Beccaccia Versiani; Barueri: São Paulo, Manole, 2009.
- BULL, Hedley. International theory: The case for a classical approach. **World Politics**, v. 18, n. 3, p. 361-77, 1966. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2009761>. Acesso em: 03 fev. 2024.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Unesp, 2012.
- CHAGAS-BASTOS, F. H. Colombia’s peace in tatters. **Journal of Peacebuilding & Development**, v. 13, n. 2, p. 127-134, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15423166.2018.1470938>. Acesso em: 26 jan. 2024.

- CHAPARRO, L.; CHAGAS-BASTOS, F. A relevância da paz positiva para enfrentar desafios sociais: O pós-acordo de paz e a pandemia da COVID-19 na Colômbia. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 20, n. 40, p. 86-116, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/188087>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- CLAYTON, Govinda; DORUSSEN, Han; BÖHMELT, Tobias. United Nations peace initiatives 1946-2015: united nations peace initiatives 1946-2015: introducing a new dataset. **International Interactions**, Philadelphia, v. 1, n. 47, p. 161-180, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03050629.2020.1772254>. Acesso em: 15 maio 2024.
- COLEMAN, Katharina P. Downsizing in UN Peacekeeping: the impact on civilian peacekeepers and the missions employing them. **International Peacekeeping**, [S. L.], v. 5, n. 27, p. 703-731, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13533312.2020.1793328>. Acesso em: 17 maio 2024.
- COMISIÓN DE LA VERDAD. **El Plan Patriota**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.comisiondelaverdad.co/el-plan-patriota>. Acesso em: 25 maio 2024.
- DÍAZ GALÁN, Elena C. Díaz. El Acuerdo de Paz para Colombia: un singular mecanismo de consolidación de la paz. **Anuario Mexicano de Derecho Internacional**, Cidade do México, v. 21, p. 933-961, 24 mar. 2021. Disponível em: <https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/derecho-internacional/article/view/15614>. Acesso em: 18 maio 2024.
- DILTS, Andrew; WINTER, Yves; BIEBRICHER, Thomas; VANCE JOHNSON, Eric; VÁZQUEZ-ARROYO, Antonio Y.; COCKS, Joan. Revisiting Johan Galtung’s concept of structural violence. **New Political Science**, v. 34, n. 2, p. 191-227, 2012. Disponível em: doi.org/10.1080/07393148.2012.714959. Acesso em: 25 jan. 2024.
- DORUSSEN, Hans. Peacekeeping as rule-based interventions in international relations. *In*: DORUSSEN, Hans. **Handbook on Peacekeeping and International Relations**. Cheltenham [Reino Unido]: Edward Elgar Publishing, 2022.
- DORUSSEN, Han; BÖHMELT, Tobias; CLAYTON, Govinda. Sequencing United Nations peacemaking: political initiatives and peacekeeping operations. **Conflict Management And Peace Science**, [S. L.], v. 1, n. 39, p. 24-48, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/07388942211000678>. Acesso em: 16 maio 2024.
- ERCOŞKUN, Burak. On Galtung’s approach to peace studies. **Lectio Socialis**, v. 5, n. 1, p. 1-8, 2021. Disponível em: doi.org/10.47478/lectio.792847. Acesso em: 24 jan. 2024.

- FARC-EP; PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA. **Acuerdo final para la terminación de conflicto y la construcción de una paz estable y duradera**. 2016. Disponível em: https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/Fotos2016/12.11_1.2016nuevoacuerdofinal.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.
- FERREIRA, Marcos Alan S. V. A transdisciplinaridade nos estudos de paz. **Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança**, 2015. Disponível em: <https://redepcecs.wordpress.com/2015/12/15/a-transdisciplinaridade-nos-estudos-de-paz/>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- FIGUEROA ARIAS, Mónica. **El rol de la Misión Política de Verificación de la ONU en Colombia en apoyo al proceso de reintegración de excombatientes de las FARC-EP en los departamentos de Meta y Nariño**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Departamento de Estudos Internacionais e Comunicação da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO Ecuador, Quito, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10469/16746>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- FIGUEROA ARIAS, Mónica. El rol de la Misión política de Verificación de la ONU en Colombia en apoyo a la reintegración social de excombatientes de las FARC-EP en Meta y Nariño. **Papel Político**, v. 27, n. 1, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/papelpol/article/view/28075>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- GALINDO-GARCÍA, Fredy Leonardo; ARISTIZÁBAL-MURILLO, Juan Carlos. The United Nations and 21st century security challenges in Colombia. **Revista Científica General José María Córdova**, Bogotá, v. 19, n. 36, p. 929-940, 1 out. 2021. Disponível em: <https://revistacientificaesmic.com/index.php/esmic/article/view/875>. Acesso em: 18 maio 2024.
- GALLEGO, C. M. **FARC-EP y ELN: una historia política comparada (1958-2006)**.
- GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/422690>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- GALTUNG, Johan; HÖIVIK, Tord. Structural and direct violence: A note on operationalization. **Journal of Peace Research**, v. 8, n. 1, 73-76, 1971. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002234337100800108>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- GALTUNG, Johan. Empiricism, criticism, constructivism: Three approaches to scientific activity. **Synthese**, v. 24, n. 3/4, p. 343-372, 1972. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20114841>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- GALTUNG, Johan. Three approaches to peace: Peacekeeping, peacemaking and

peacebuilding. In: GALTUNG, Johan. **Essays in peace research**, v. 2, p.283-304, 1976.

GALTUNG, Johan. Twenty-five years of peace research: Ten challenges and some responses. **Journal of Peace Research**, v. 22, n. 2, p. 141-158, 1985.
 Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002234338502200205>. Acesso em: 25 jan. 2024.

GALTUNG, Johan. Cultural violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/423472>. Acesso em: 25 jan. 2024.

GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful means: Peace and conflict, development and civilization**. Londres: Sage Publications, 1996.

GALTUNG, Johan. **Tras la violencia, 3R: Reconstrucción, reconciliación, resolución: afrontando los efectos visibles e invisibles de la guerra y la violència**. Guernica-Lumo: Gernika Gogoratuz, 1998.

GALTUNG, Johan. **Transcender e transformar: uma introdução ao trabalho de conflitos**. Trad. Antonio Carlos da Silva Rosa. São Paulo: Palas Athena, 2006.

GALTUNG, Johan. **Theories of conflict: Definitions, dimensions, negations, formations**. Oslo: Transcend University Press, 2009. Disponível em: https://www.transcend.org/files/Galtung_Book_Theories_Of_Conflict_single.pdf. Acesso em: 25 jan. 2024.

GLEDITSCH, Nils Petter; NORDKVELLE, Jonas; STRAND, Håvard. Peace research: Just the study of war? **Journal of Peace Research**, v. 51, n. 2, p. 145-158. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022343313514074>. Acesso em: 25 jan. 2024.

GOWAN, Richard. **Multilateral Political Missions and Preventive Diplomacy**. Washington: United States Institute Of Peace, 2011. (Special Report). Disponível em: <https://www.usip.org/publications/2011/12/multilateral-political-missions-and-preventive-diplomacy>. Acesso em: 15 maio 2024.

HELMÜLLER, Sara; LANFRANCHI, Chiara; PINAUD, Margaux; TAN, Xiang-Yun Rosalind. **United Nations Peace Mission Mandates (UNPMM) Dataset, Version 2.1**. 2024. Disponível em: <https://www.peacemissions.info>. Acesso em 01 ago. 2024.

HENRIQUES, Miguel Barreto. **Los procesos de paz en Colombia y el rol de la comunidade internacional: ¿crónica de un nacimiento anunciado?** Revista Análisis Internacional, Bogotá, v. 05, n. 02, p. 219-243, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.utadeo.edu.co/index.php/RAI/article/view/983>. Acesso em: 28 maio 2024.

HYLTON, Forrest. **A revolução colombiana**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

IORIS, R. R.; IORIS, A. A. R. Colombia’s fractured history and continued challenges following the Havana Accord. **Journal of Peacebuilding & Development**, v. 13, n.1, p. 79-83, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15423166.2017.1401485>. Acesso em: 25 jan. 2024.

JOHNSTONE, Ian. Emerging Doctrine for Political Missions. In: GOWAN, Richard (Ed.). **Review of Political 2010 Missions: A Project of the Center on International Cooperation**. Washington: Xanthus Design, 2010.

JOURNAL OF PEACE RESEARCH. An editorial. **Journal of Peace Research**, v. 1, n.1, p. 1-4, 1964. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002234336400100101>. Acesso em: 25 jan. 2024.

KÖHLER, Gernot; ALCOCK, Norman. An empirical table of structural violence. **Journal of Peace Research**, v. 13, n. 4, p. 343-356, 1976. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002234337601300405>. Acesso em: 24 jan. 2024.

KRUIJT, Dirk; REY TRISTÁN, Eduardo; MARTIN ÁLVAREZ, Alberto. **Latin American guerrilla movements: Origins, evolution, incomes**. Abingdon, Nova Iorque: Routledge, 2019.

KUGEL, Alischa. **No helmets, just suits: political missions as an instrument of the un security council for civilian conflict management**. Berlim: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2011. (International Policy Analysis).

LAWLER, Peter. A question of values: A critique of Galtung’s peace research. **Interdisciplinary Peace Research**, v. 01, n. 02, p. 27-55, out. 1989. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14781158908412711>. Acesso em: 23 jan. 2024.

LAWLER, Peter. **A question of values: Johan Galtung’s peace research**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1995.

LEECH, G. M. **The FARC: the longest insurgency**. 1. ed. Londres: Fernwood Publishing, 2011.

LOBO DE SOUZA, Ielbo Marcus. **A segurança coletiva da humanidade: Uma análise jurídico-institucional do sistema de segurança coletiva da ONU**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

MAEKAWA, Wakako. Strategic Deployment of UN Political Missions to Replace UN Peacekeeping Operations: the demand and supply sides of transition logic. **International Peacekeeping**, [s. l.], v. 01, n. 30, p. 62-96, nov. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13533312.2022.2149502>. Acesso em: 17 maio 2024.

MASCHIETTO, Roberta Holanda; NOBRE, Fábio; NOGUEIRA, Silvia Garcia.

Compreender para mudar: epistemologia e metodologia nos estudos para a paz. In: FERREIRA, Marcos Alan S. V.; MASCHIETTO, Roberta Holanda; KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão: Editora UFS, 2019, p. 537-576.

MEDINA GALLEGO, C. M. **FARC-EP y ELN una historia política comparada (1958-2006)**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências

Humanas, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/7221>. Acesso em: 22 jan. 2024.

MELO, J. O. Resumen del acuerdo de paz. **Revista de Economía Institucional**, Bogotá, v. 18, n. 35, p. 319-337, nov. 2016. DOI:

<https://doi.org/10.18601/01245996.v18n35.19>. Disponível em:

<https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/ecoins/article/view/4730>. Acesso em: 23 maio 2024.

OLIVEIRA, G. C. Estudos da paz: Origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Carta Internacional**, v. 12, n. 1, p. 148-172, 2017. Disponível em:

<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/611>. Acesso em: 26 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Informe del Secretario General sobre la Misión de las Naciones Unidas en Colombia S/2016/1095**. 2016a.

Disponível em:

https://unmc.unmissions.org/sites/default/files/20170112_informe_sg_sobre_colombia_esp_reissued.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Informe del Secretario General sobre la Misión de las Naciones Unidas en Colombia S/2016/729**. 2016b.

Disponível em:

https://unmc.unmissions.org/sites/default/files/n1626282_informe_sg_20160818.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Misión de Verificación de las Naciones Unidas en Colombia: **Brochure de la misión**. 2017a. Disponível em:

https://colombia.unmissions.org/sites/default/files/final_spanish_version_unvmc_brochure_web.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Informe del Secretario General sobre la Misión de Verificación de las Naciones Unidas en Colombia (S/2017/745)**. 2017b. Disponível em:

Disponível em:

https://colombia.unmissions.org/sites/default/files/s_2017_745_espanol.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Mission in Colombia S/2017/801**. 2017c. Disponível em:

https://colombia.unmissions.org/sites/default/files/last_sg_report_on_the_un_mission_in_colombia_eng.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Mission in Colombia S/2017/745**. 2017d. Disponível em: https://colombia.unmissions.org/sites/default/files/s_2017_745_english.pdf. Acesso em: 27 jul. 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Mission in Colombia S/2018/279**. 2018a. Disponível em: https://colombia.unmissions.org/sites/default/files/n1808241_en.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Mission in Colombia S/2018/723**. 2018b. Disponível em: https://colombia.unmissions.org/sites/default/files/n1822619_en.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Mission in Colombia S/2018/874**. 2018c. Disponível em: https://colombia.unmissions.org/sites/default/files/n1829781_en.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Missão da ONU e da União Africana em Darfur, Unamid, se despede após 13 anos**. 2020a. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/12/1737612>. Acesso em: 18 maio 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Mandato**. Disponível em: <https://colombia.unmissions.org/mandato>. Acesso em: 17 set. 2021.
- ORDÁS GARCÍA, Noemi. **Conflicto y violencia cultural en Colombia**: Propuestas de transformación desde la escuela. Medellín: Corporación Correcaminos, 2008.
- ORTIZ, Javier Forero. El debut de la Farc en la arena electoral regional. **El Tiempo**, [Colômbia], 27 out. 2019. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/politica/partidos-politicos/como-le-fue-al-partido-farc-en-las-elecciones-regionales-de-2019-427788>. Acesso em 31 maio 2024.
- PATOMÄKI, Heikki. The Challenge of Critical Theories: Peace Research at the Start of the New Century. **Journal of Peace Research**, v. 38, n. 6, p. 723-737. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022343301038006005>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- PÉCAUT, Daniel. **As FARC**: Uma guerrilha sem fins? São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- PEÑA, Mario Aguilera. **Las FARC**: La guerrilla campesina, 1949-2010 ¿Ideas circulares em um mundo cambiante? Bogotá: Corporación Nuevo Arco Iris - CNAI, 2010.

- PEÑA, Mario Aguilera. Las FARC: Auge y quiebre de su modelo de guerra. **Análisis Político**, Bogotá, v. 26, n. 77, p. 85-111, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/anpol/v26n77/v26n77a04.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.
- PIZARRO LEÓNGOMEZ, Eduardo. **Las FARC (1949-1966)**: de la autodefensa a la combinación de todas las formas de lucha. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1991.
- PIZARRO LEÓNGOMEZ, Eduardo. **Cambiar el futuro: Historia de los procesos de paz en Colombia (1981-2016)**. Bogotá: Penguin Random House Grupo Editorial, 2017.
- PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 71, p. 05-19, 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1011>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- PUREZA, José Manuel. Os estudos para a paz como desafio crítico à tradição em Relações Internacionais. **Estudo Geral**, p. 1-31, 2009. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/13063>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- PUREZA, J. M. O desafio crítico dos estudos para a paz. **Organicom**, v. 15, n. 28, p. 74-89, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/150549>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- QUINN, Laurel; GÓMEZ VÁSQUEZ, Mateo. **Implementation of the Colombian Peace Accord Reaches its Sixth Year**. Indiana: University of Notre Dame, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.7274/6395w666821>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- REID, Herbert G.; YANARELLA, Ernest J. Toward a critical theory of peace research in the United States: The search for an “intelligible core”. **Journal of Peace Research**, v. 13, n. 4, p. 315-341, 1976. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002234337601300404>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- RÍOS, Jerónimo. The recent context in Colombia in historical and territorial perspective: Armed conflict, the Havana Agreement and its implementation. In: ARMIÑO, Karlos Pérez de. **European Union Support for Colombia’s Peace Process: Civil society, human rights and territorial peace**. Cham: Palgrave Mcmillan, 2023, p. 49-74.
- ROA SUÁREZ, Hernando. Entrevista a Johan Galtung: construyamos la paz y democracia en América Latina: aportes a su debate y concreción. **Análisis Político**, Bogotá, v. 25, n. 75, p. 139-153, maio 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-47052012000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jul. 2023.

- ROGERS, Paul; RAMSBOTHAM, Oliver. Then and now: Peace research: Past and future. **Political Studies**, v. 47, n. 4, p. 740-754, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9248.00229>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- ROZOS, Alberto Prieto. **Guerrillas Contemporâneas en América Latina**. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Sociales - Universidad Nacional Autónoma de México, 2018. (Conceptos y Fenómenos Fundamentales de Nuestro Tiempo). Disponível em: https://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos_final/649trabajo.pdf. Acesso em: 19 maio 2024.
- RUBIELLA ROMAÑACH, Alejandro. La Misión de las Naciones Unidas en Colombia MNUC. [s.l.]: **Instituto Español de Estudios Estratégicos**, 2018a.
- RUBIELLA ROMAÑACH, Alejandro. Participación española em la Misión de Naciones Unidas en Colombia (MNUC). [s.l.]: **Instituto Español de Estudios Estratégicos**, 2018b.
- SALATINI, R. Bobbio, a paz e os direitos do homem. **Revista Direito GV**, v. 7, n. 1, p. 333–340, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/FNfWbkz4HFmZ7jqPTzHmnJG/#>. Acesso em: 31 jul. 2024.
- SALATINI, Rafael. Apresentação. In: SALATINI, Rafael. **Reflexões sobre a paz**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 5-13.
- SANTOS, Cleiton Marcolino Isidoro dos. PRESSUPOSTOS MORAIS E JURÍDICOS DA PAZ PERPÉTUA KANTIANA. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, Marília, v. 15, n. 38, p. 31-54, 28 jul. 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/14915>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- SCHMID, Herman. Peace research and politics. **Journal of Peace Research**, v. 5, n. 3, p. 217-232, 1968. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002234336800500301>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- TORRES, Aurora Moreno. Transformaciones internas de las FARC a partir de los cambios políticos por los que atraviesa el Estado colombiano. **Papel Político**, Bogotá, v. 11, n. 02, p. 595-645, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/papel/v11n2/v11n2a05.pdf>. Acesso em: 22 maio 2024.
- VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: Visões em torno da agenda de segurança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [Brasília], v. 48, n. 02, p. 86-110, dec. 2005. [Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200005&lng=en&nrm=iso]. Acesso em: 23 maio 2024.

VILLAMIZAR, Darío. **Las guerrillas em Colombia:** Una historia desde las orígenes hasta los confines. Bogotá: Penguin Random House, 2017.

WALDMANN, Peter. Is there a culture of violence in Colombia? **Terrorism and Political Violence**, v. 19, n. 4, p. 593-609, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09546550701626836>. Acesso em: 25 jan. 2024.

WALLENSTEEN, Peter. **Peace research:** Theory and practice. Londres: Routledge, 2011.